

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**PROSTITUIÇÃO E SIMBOLISMO LIGADO AO CORPO FEMININO,
NO BRASIL (1889-1930)**

DIÉSSICA DOS SANTOS STEFANELLO

TAQUARA

2017

DIÉSSICA DOS SANTOS STEFANELLO

**PROSTITUIÇÃO E SIMBOLISMO LIGADO AO CORPO FEMININO,
NO BRASIL (1889-1930)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História, sob orientação da Profª. Me. Elaine Smaniotto.

TAQUARA

2017

Dedico este trabalho à minha família, que esteve presente em minha caminhada, durante todos esses anos, dando-me forças e apoiando-me, em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Me. Elaine Smaniotto, pela dedicação e esforço empenhados, durante a construção deste trabalho, dando-me auxílio e amparo necessário, para que ele fosse desenvolvido, e dedicando várias horas de seu dia, até momentos de descanso, a fim de me atender e ajudar.

Agradeço aos meus pais, à minha irmã e aos demais familiares, que estiveram sempre presentes e não me deixaram desistir dos objetivos e sonhos.

Agradeço à coordenação do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara/RS e a todos os professores, que foram de extrema importância na construção de meu conhecimento, os quais foram e são minhas referências como educadores, pois abraçam a todos nós, alunos, como se fôssemos parte de suas famílias.

Agradeço, de forma especial, ao professor Dr. Daniel Luciano Gevehr e à professora Dr. Dóris Rejane Fernandes, por terem aceitado o convite para serem avaliadores do meu trabalho, trazendo contribuições de extrema importância, que auxiliaram, ainda mais, no seu desenvolvimento.

Agradeço a todos os colegas que fizeram parte dessa caminhada, alguns em especial – não vou citar nomes para não esquecer de mencionar ninguém – , que, além de colegas, se tornaram grandes amigos os quais levarei para sempre em meu coração.

Agradeço a todos, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Agradeço a Deus, acima de tudo, por dar-me saúde e força para superar todas as dificuldades.

Que nada nos define, que nada nos
sujeite, que a liberdade seja a nossa
própria substância (Simone
Beauvoir).

RESUMO

Este estudo propôs-se a dialogar sobre a utilização do corpo feminino e da prostituição no Brasil, entre os anos de 1889-1930, como forma de rompimento com os padrões morais e dogmas da sociedade. Buscou conhecer os caminhos percorridos por essas mulheres, no mundo da prostituição, perpassando por aspectos econômicos e sociais até chegar a questões relacionadas aos sentimentos e emoções. Para isso, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, com uma análise qualitativa descritiva acerca do tema. A partir deste trabalho, percebeu-se como a mulher, em diferentes tempos históricos, esteve envolvida por uma série de representações, que influenciaram na construção histórica de sua imagem. Também, foi possível averiguar os motivos que levaram mulheres a se dedicar à prostituição, durante a Primeira República brasileira. Observou-se que, dentre esses, os principais seriam uma forma de garantir a sobrevivência econômica, a insatisfação com a família, a liberdade e controle sobre o próprio corpo, a busca por status social e, ainda, uma maneira de sentir-se amada.

Palavras-chave: Mulher. Simbolismo. Prostituição. Brasil. Igreja Católica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1889-1930	14
2.1	O cenário político brasileiro	14
2.2	O cenário econômico e social, nas primeiras décadas do Brasil republicano.....	20
2.3	A condição feminina no início do século XX	24
3	CORPO FEMININO: DO SIMBOLISMO AO PRAZER	30
3.1	O corpo enquanto construção cultural	30
3.2	Controle do corpo e da sexualidade feminina	34
3.3	O corpo da mulher e sua ligação com o prazer	40
4	PROSTITUIR-SE: OS CAMINHOS DO METIER	45
4.1	Mulheres prostitutas no Brasil durante a Primeira República	45
4.2	Prostituição: trajetórias de mulheres	52
	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o estudo sobre o simbolismo, que envolvia o corpo feminino e as suas ligações com a prostituição¹ feminina, nas primeiras décadas republicanas. Destacam-se dois aspectos centrais, como o simbolismo que envolvia o corpo feminino, considerando a ética e os preceitos morais, que eram estabelecidos pela sociedade e pela Igreja Católica, bem como a prostituição, a qual era a forma mais explícita de usar o corpo como fonte de prazer, por meio do erotismo e do sexo.

O recorte temporal foi escolhido por causa das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, entre 1889 a 1930, como, por exemplo, a abolição da escravidão no ano de 1888, a ruptura com o sistema imperial e a queda da monarquia, para a implantação da república, sendo que essa nova maneira de governar chegava com a promessa de igualdade e cidadania. Também, foi um período de intensas transformações econômicas, sociais, culturais e morais.

Para compreendermos o simbolismo, que envolvia o corpo feminino e as suas ligações com a prostituição feminina, nas primeiras décadas do Brasil republicano, este estudo propôs-se a dialogar sobre quais caminhos foram percorridos por essas mulheres, no mundo da prostituição.

É importante ressaltar que, por muito tempo, as mulheres estiveram ausentes do relato histórico. Para Perrot (2007, p. 16), “[...] ficaram muito tempo fora desse relato, como se destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal”.

As mulheres passaram a ter destaque na historiografia, a partir do movimento da História Cultural². Conforme considera Soihet (1997a), este movimento foi de

¹ O termo prostituição deriva do latim *prosto*, que quer dizer “estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público [...] é a prática sexual remunerada habitual e promíscua” (FRANÇA, 2012, p.145). É importante observar que a prostituta é, essencialmente, “uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor” (BRAGA, 1982, p. 62).

² Sabe-se que a História Cultural estuda as lutas de representação sobre as hierarquias sociais e discute o social, sobre o viés das estratégias simbólicas adotadas na construção da identidade. Analisar esses meios comportamentais, requer uma maior atenção e um olhar mais profundo sobre o tema e os desdobramentos que ele possa ter ocasionado. As relações sociais são produtoras de cultura, tanto que com o desenvolvimento das pesquisas não somente documentos escritos possibilitavam analisar as relações entre a sociedade, mas também novas fontes ganharam uma maior importância na construção da história, possibilitando uma análise mais próxima da fonte de pesquisa. Conforme Barros

grande importância para o desenvolvimento dessa temática de pesquisa, pois ampliou os objetos de estudo da história e, assim, contribuiu para que as mulheres passassem à condição de sujeitos ativos da História. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a difusão da História das Mulheres deu-se a partir de 1960; e, na França, a partir de 1970, motivadas por uma conjunção de fatores científicos, políticos e sociológicos.

Na tentativa de corroborar com o debate, o interesse por esse tema surgiu, basicamente, quando, ao estudar a história do Brasil, percebeu-se que muitas narrativas apresentavam as mulheres como meras figuras coadjuvantes e ressaltavam seu papel de submissão e reprodução. Dentro desse debate, Mary Del Priore (1994, p. 13) enfatiza que

Melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás do poder masculino, e como se articulavam na sua subordinação e resistência. O estudo dos discursos normativos sobre a mulher deve ser estimulado quando levar em conta as práticas sociais, do contrário, tendo no homem o sujeito das falas, e a mulher seu objeto, corre-se o risco de fazer um retrato fora do foco do segmento feminino.

A realização da presente pesquisa torna-se relevante, pelo fato de ampliar as narrativas que as mulheres são apresentadas como sujeitos da História. Outro fator que também contribuiu para o interesse foi a proximidade com questões relacionadas à prostituição, pois, atualmente, moro em um bairro onde existia a zona do meretrício da cidade de Taquara/RS, local que, apesar de estar há muitos anos sem atividades relacionadas com a prostituição, possui uma fama regional.

A zona, como era conhecido o espaço em que se localizavam as casas de diversão e prostituição da cidade de Taquara, tem sua origem ainda nas primeiras décadas do século XX. Esse espaço recebeu por parte dos moradores da cidade, também outras alcunhas, como “maloca” ou “lomba das gatas”, sendo essas denominações mais conhecidas entre o público masculino que frequentava o local. O meretrício de Taquara e seu conjunto de estabelecimentos acabaram, com isso, chamando a atenção dos moradores da região, devido ao expressivo movimento que observava no lugar e que ao mesmo tempo, despertava a atenção das autoridades e de alguns grupos sociais, descontentes com aquele espaço. (GEVEHR; MORAES; WICHINHESKI; RODRIGUES, 2012, p. 1485, grifos dos autores)

Como foi colocado anteriormente, o campo da história que norteia nossa pesquisa é o da História Cultural, o qual passou a ganhar uma maior viabilidade nos

(2011, p.41), “o ser humano também se comunica através de gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu “modo de vida”.

últimos anos, principalmente ao analisar a sociedade por meio das formas de viver, dos modos comportamentais e das representações dos sujeitos da história, independente da classe social, do sexo ou da religião; além de disponibilizar para o pesquisador uma maior abrangência em suas fontes de pesquisas e novos métodos para a construção da historiografia.

Por meio de estudos, pesquisadores perceberam que as relações de gênero são responsáveis por indicar as condições sociais e os papéis que homens e mulheres desempenhavam na sociedade. Essas análises passavam pelo viés de que a diferença entre os sexos não é uma mera condição biológica, mas uma construção cultural, assim como Gonçalves (2006, p. 76, grifo da autora) analisa em sua obra:

Ainda que o reconhecimento de que a introdução da categoria gênero tenha representado um considerável avanço no que até então era tratado essencialmente como história das mulheres tenha sido partilhado por boa parte dos historiadores – mesmo que por motivos diferentes, variando entre aqueles que viam na sua incorporação uma forma mais neutra mais “científica” e, portanto uma alternativa à forma politizada como se vinha construindo o conhecimento sobre as mulheres.

No fim da década de 1980, influenciada pelas correntes pós-estruturalistas, que se inspiraram no pensamento de Foucault e Derrida, a historiadora Joan Scott esquematizou uma nova forma de se pensar gênero, a partir de uma crítica a outras concepções, inclusive às do sexo/gênero, as quais eram incapazes de historicizar a categoria sexo e corpo. Assim, Scott chama a atenção para a necessidade de se pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento dual que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino. Para Scott (1995, p. 86), gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. O gênero, como construção cultural e social das diferenças sexuais, tem sido utilizado para dar conta das formas diferenciadas de percepção das relações entre mulheres e homens.

As relações estabelecidas entre homens e mulheres fazem parte, principalmente, de uma construção cultural, que tem seus traços ativos dentro da sociedade. Essa relação, homem/mulher, sempre trouxe como eixo central a inferioridade da mulher e seu papel de submissão. Os estudos sobre gênero possibilitaram abranger mais do que somente essa relação, mas também compreender as diferenças existentes no próprio campo feminino, traçando o perfil das mulheres, nos diferentes tempos históricos, e trazendo um estudo mais focado

nos papéis das mulheres, dentro da sociedade. O gênero ganhou tanto espaço nos estudos historiográficos, que se tornou um conceito cheio de significados e com um papel muito importante para o desenvolvimento da escrita da história, o qual pode ser entendido como:

[...] o conceito de gênero tem muito a ver com a forma como são percebidas as relações de poder entre homens e mulheres. Segundo ele, as identidades masculina e feminina são construções sociais e culturais que impõem aos sexos condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. Tudo isso baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o feminino e o masculino, e não em diferenças naturalmente predeterminadas entre homens e mulheres (SILVA; SILVA, 2005, p.166).

Os estudos de gênero desnaturalizam as identidades, as funções, os papéis e as relações que a sociedade atribui a mulheres e homens, entendendo que essas atribuições são construídas socialmente e que podem ser desconstruídas e reconstruídas sobre outros critérios e bases. Esse fator relacional é que os estudos sob esta perspectiva querem analisar.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passou por uma série de mudanças, oriundas da modernização. Foi possível observá-las nos espaços públicos, na arquitetura, nas formas de trabalho e de lazer das pessoas, assim como no que diz respeito às cobranças de valores éticos e posturas morais ligadas às mulheres. O Brasil seguia o modelo civilizatório proveniente da França, com a criação de espaços públicos de sociabilidade, como cafés, jardins, praças, teatros, entre outros; uma transformação do próprio comportamento e do modo de se relacionar. Cada vez mais, os lugares públicos passavam a ser utilizados pelas mulheres, mas a discussão entre o espaço que ela poderia ocupar se tornava mais intensa.

A figura feminina representava todo um simbolismo ligado principalmente ao seu corpo, assim como ressalta Perrot (2007, p.17): “até mesmo o corpo da mulher amedronta. É preferível que esteja coberto de véus”. O que estava escondido despertava nos homens diversos pensamentos e desejos, e estes eram duramente condenados pela Igreja Católica “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contada” (PERROT, 2007, p.17). Na relação de gênero, o corpo é parte fundamental da afirmação da vida concreta. A sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também a maneira como o corpo aparece³.

³NICHOLSON, 2000, p. 9.

A prostituição aparece ligada, principalmente, ao fenômeno urbano do país, em uma “sociedade em que as relações são mediatizadas pela troca e na qual todo um sistema de codificações morais que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a fidelidade feminina (...)” (RAGO, 2008, p. 16). Ela era, cada vez mais, conhecida como profissão e passou a fazer parte de um sistema capitalista, a ser estudado como fenômeno social, mas que trazia a visão de homens responsáveis por escrevê-lo. Dessa maneira, silenciava ainda mais a história dessas mulheres, frente à sociedade. “No teatro da memória as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2007, p.22).

As práticas sexuais e a sexualidade foram, ao longo dos tempos, sofrendo diversas mudanças. Sabemos que apesar de existir uma importante diferença entre sexo e sexualidade⁴, eles estão sempre associados e, principalmente, estiveram presentes nas formas de controlar as sociedades, no decorrer na história da humanidade.

O sexo nas sociedades antigas⁵ era considerado uma prática sagrada, que se interligava com a cultura e a religião. A própria palavra prostituição – *prostituere*, que significa “colocar diante”, “à frente”, “expor aos olhos” –, que vem do latim, não trazia nenhum significado que pudesse ligar essa atividade a algo ruim na sociedade. Somente mais tarde foram criados códigos morais a serem seguidos pela sociedade, estes regulavam a maneira como as pessoas deveriam se comportar, mas, principalmente, como deveriam realizar suas práticas sexuais e com que finalidade seriam praticadas.

Pode-se dizer que a prostituição teve sua maior expansão com o crescimento das cidades, a partir do século XI e XII. Aos poucos, ela passou a ser considerada um fenômeno social urbano, que necessitava de regras cada vez mais rígidas, para que não saísse do controle das autoridades e, principalmente, da Igreja Católica, a qual

⁴“O conceito de sexualidade só foi criado no século XIX e está voltado para o saber. A sexualidade refere-se a um saber sexual, decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e escrita que foi acentuada no século XIX. O sexo, por sua vez, está voltado para o fazer, ou seja, as práticas e atitudes sexuais no cotidiano do indivíduo e dos grupos. Tanto a significação da sexualidade quanto a prática do sexo são construídos culturalmente. Existe, então, uma dimensão sociocultural, alicerçada historicamente por normas e padrões que dá a todo indivíduo a percepção do que seja sexo e sexualidade” (RIBEIRO, 2005, p. 1-2).

⁵ Em Atenas encontramos o modelo de mulher, lembrado até hoje na canção de Chico Buarque de Holanda, versando sobre o exemplo que deve ser seguido, ou seja, a mulher ateniense, casta, dedicada ao lar, exemplo de cordialidade, brandura e submissão ao domínio masculino. No entanto, tão submissas quanto às mulheres esposas, havia as prostitutas, que estavam fadadas a exploração comercial do próprio Estado (PRADO, 2016, p. 23).

sempre condenou a prostituição, mas não se colocou contra ela, pois considerava que fosse um mal necessário.

A chegada da família real ao Brasil, no ano de 1808, trouxe refinamento às questões ligadas ao meretrício, existindo um maior controle, também, sobre as práticas sexuais. A Igreja Católica, crescentemente, procurou normatizar as relações familiares e reprimir os desejos sexuais dos casais.

Os séculos XIX e XX foram períodos de intensa repressão à prostituição. Acreditava-se que a prostituta estava associada aos males da sociedade e as doenças que se espalhavam pelas cidades. Elas foram perseguidas e proibidas de oferecer seus serviços em locais públicos, uma vez que precisavam de autorização das autoridades para abrir bordéis e casas noturnas. O trecho a seguir exemplifica esse cenário em Salvador, onde a prostituição havia tomado conta de diversos locais públicos:

Diante de tamanha concentração de meretrizes nas principais ruas comerciais da cidade, os noticiários destacavam os nomes das vias ocupadas e requeriam a atuação policial para tornar invisível ou retirar as prostitutas de determinados locais. Nesse sentido, encontramos dois extratos onde o Diário da Bahia indica a mudança de endereço das profissionais do sexo como a solução para livrá-las dos problemas com as autoridades (LIMA, 2011, p.76).

Aos poucos, foram construídos, no Brasil, formas de disciplinar as mulheres. A medicina foi uma das principais aliadas desses meios, formando uma ciência social, a qual tinha como característica controlar as ações das mulheres, pois os médicos tentavam associar as reivindicações e o mau comportamento feminino a doenças mentais. O corpo feminino também ficou conhecido como um corpo doente, cheio de desequilíbrios, que passa por várias fases, desde a infância até a velhice. Para evitar que mais doenças pudessem vir a atrapalhar, ainda mais, o desenvolvimento feminino, era necessário que as formas de higiene fossem repensadas. Assim, o banho passou a se tornar um hábito frequente e necessário.

Num cenário em que a doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecidos (DEL PRIORE, 1997, p. 78).

Sobre o corpo feminino, foram criadas várias maneiras de interpretá-lo, visto que a ele coube o simbolismo e as representações que o ligavam ao prazer, aos desejos sexuais e ao mundo materialista, o qual era julgado como parte da transformação da sociedade, gradativamente, mais capitalista.

O desejo do masculino pelo sexo é expresso por meio de um sentimento de poder e posse sobre o objeto que, nesse caso, é a mulher. Nessa perspectiva, a mulher é reduzida a um objeto de manipulação simbólico, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 2000, p. 9).

Com o tempo, as mulheres aprenderam que o seu corpo é sua fonte de poder, diante de uma sociedade essencialmente masculina. Segundo Menezes (2002, p. 20), frente às adversidades, as mulheres deveriam “fazer da beleza sua principal arma diante do sexo forte”. O corpo seguia coberto pelas roupas, mais que isso, coberto pelos simbolismos e pelos dogmas. Porém, o que deveria estar escondido para não atrair olhares e maus pensamentos fazia com que esse pudor aumentasse ainda mais a cobiça masculina⁶.

Outro aspecto que se leva em consideração, durante a nossa pesquisa, é que, muitas vezes, a prostituição feminina estava associada à pobreza, fazendo com que a condição feminina, em alguns lugares, fosse totalmente de miséria. Incessantemente, algumas mulheres seguiam para o caminho da prostituição como formas de sobrevivência, posto que saíam para as ruas, à noite, à procura de clientes e se submetiam aos riscos que essa exposição trazia.

Esse cenário começou a ganhar forma depois da crescente onda imigratória de europeus para o Brasil. A partir de 1800, as poucas vagas ofertadas para o sexo feminino, nas indústrias das grandes cidades, eram preenchidas por imigrantes europeias, fazendo com que a prostituição fosse uma alternativa para uma grande parte das mulheres que queria ser independente. Nesse sentido, a prostituição tornava-se ainda mais atrativa em uma cidade com muitos homens jovens e solteiros, já que oferecia, em alguns casos, ganhos mais expressivos⁷.

⁶“No século XX, as mulheres salientam seus corpos, suas formas; os espartilhos surgem como instrumentos capazes de possibilitar uma modulação perfeita do corpo. Estamos na era da forma, dos contornos, das curvas. A dificuldade do movimento, desde o formato dos sapatos até a forma de prender os cabelos, passa a representar um martírio necessário a beleza ideal. O corpo que esconde revela um paradoxo: estar entre o pecado e a castidade” (MENEZES, 2002, p.20).

⁷ ENGEL, 1989, p.25.

A partir desta base teórica⁸, será desenvolvida a análise da presente pesquisa, não excluindo outras contribuições teóricas que possam advir do próprio processo de pesquisa. Será realizada uma abordagem qualitativa descritiva, caracterizada pela relevância na subjetividade e nas relações culturais e sociais, sendo fundamentado em teorias e interpretado segundo suas particularidades e suas transformações.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução aqui descrita, com o tema, problema, justificativa, questões norteadoras, objetivos, fundamentação teórica e metodologia.

O segundo capítulo, intitulado “Condição feminina no Brasil entre os anos de 1889-1930”, mostra aspectos da sociedade brasileira nos anos de 1889-1930, tanto político/econômicos como sociais/culturais e localiza as mulheres dentro desse contexto, enfatizando os dogmas e padrões morais estabelecidos pela família, Igreja Católica e sociedade. Para isso, valeu-se dos estudos realizados por Boris Fausto (2014), Emília Viotti da Costa (1999), Guacira Lopes Louro (2002), Rachel Soihet (1997), Raimundo Faoro (2007), José Murilo de Carvalho (2013), Maria Yedda Linhares (1990), dentre outros.

Já o terceiro capítulo, “Corpo feminino: do simbolismo ao prazer”, enfatiza o simbolismo ligado ao corpo feminino, principalmente como os homens viam nessas mulheres a forma do prazer. De acordo com os estudos realizados, especificamente por Margareth Rago (1987 e 2008), Pierre Bourdieu (1989), Clarisse Ismério (1995), Mary Del Priore (2014), Michelle Perrot (1998), Roger Chartier (1988), Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (2015), busca-se trazer aspectos relacionados ao controle da sexualidade e do corpo feminino.

No quarto capítulo, “Prostituir-se: Caminhos do *métier*”, levanta-se um diálogo sobre como mulheres utilizavam seu corpo e a prostituição como uma maneira de se mostrarem capazes de se libertar de prisões estabelecidas, na época. Por meio disso, elas poderiam circular livremente na sociedade, sem se importar se aquele espaço fazia parte de sua condição social, mas também observando a prostituição como uma forma de sobrevivência, uma busca pessoal do desejo, do prazer e do amor. Para atingir os objetivos propostos para esse capítulo, utiliza-se pesquisas realizadas por Michelle Perrot (2007), Magali Engel (1989) e, novamente, por Margareth Rago (1987 e 2008), Rachel Soihet (1997), Mary Del Priore (2014), Maria Silvia Bassanezi (2012),

⁸ História Cultural e Relações de Gênero.

Tatiane Michele Melo de Lima (2011), Carolina Silva Cunha de Mendonça (2014), Valéria Cristina Gimenes Prado (2016), Marta Eymael Garcia Scherer (2010), Willian Henrique Corrêa e Adriano Furtado Holanda (2012). Por último, para concluir a pesquisa, apresenta-se as considerações finais proporcionadas com o estudo.

2 CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1889-1930

Entre o final do século XIX e o início do século XX ocorreram várias transformações que foram desde o setor político e passaram pelas questões econômicas, sociais e culturais. Os anos que antecedem a proclamação da república foram marcados por diversas agitações no cenário político, pois grupos descontentes queriam mudanças no sistema governamental, por isso realizaram uma intensa campanha em favor da instalação de uma república presidencialista, no lugar na monarquia. Logo após a proclamação da república, não foi possível identificar mudanças significativas nos diversos setores sociais, principalmente ao que diz respeito ao objeto de estudo deste trabalho: “as mulheres”. Dentro deste capítulo, será apresentada essa sociedade em que as mulheres estavam inseridas, como estava o cenário político na época, questões econômicas e sociais e como a mulher vivia dentro desse espaço.

2.1 O cenário político brasileiro

O sistema imperialista brasileiro começou a entrar em declínio a partir de 1850, quando apareceram competições entre os novos grupos políticos, os quais vinham surgindo. O grupo formado por liberais começou a fazer discursos em nome do povo, reivindicando mudanças na forma de governar e uma ampliação de direitos à população. Ele queria que a igreja não influenciasse tanto na vida das pessoas e nem mesmo nas questões ligadas ao governo e a administração.

A partir de 1860, fazendeiros e grandes produtores de café de São Paulo esperavam que o governo encontrasse soluções para problemas decorrentes da fuga e rebeliões de escravos. Eles queriam que ocorressem mudanças econômicas e sociais significativas, as quais atendessem aos seus interesses econômicos.

As ideias republicanas afloravam nesse contexto, trazendo uma série de mudanças necessárias para que o país conseguisse garantir um maior desenvolvimento econômico e social.

Em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, os setores políticos e sociais emergentes sentiram-se liberados para dar mais vazão aos seus anseios de reforma. Surge, então, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano, que lança, em 3 de dezembro, o Manifesto Republicano. Este, além de atacar o Poder Moderador e a centralização como fontes do despotismo, denunciava a ficção e a corrupção que se imputava como a marca inerente (e, portanto, incorrigível) ao sistema representativo imperial, e o isolamento em que se achava o Brasil, em relação tanto à Europa, pela distância e diferença desta, como, sobretudo, à América, pela forma singular de governo e pelas instituições arcaicas adotadas (LINHARES, 1990, p.267).

Em 1873, essa elite paulista, que se encontrava descontente, aproximou-se das ideias republicanas e criou o Partido Republicano Paulista, com a finalidade de debater as questões que os desagradavam, bem como tentar achar soluções que garantissem que seus interesses econômicos fossem alcançados.

(...) um grupo de políticos, entre os quais alguns dissidentes do partido liberal, fundou um partido republicano. Seu manifesto pouco acrescentava aos dois anteriores. Limitava-se a denunciar que no Brasil a liberdade de consciência era anulada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica era suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade de imprensa ficava subordinada à discricção de funcionários do governo; a liberdade de associação dependia da aprovação governamental; a liberdade de educação era limitada pela inspeção arbitrária do governo; a liberdade individual era ameaçada pela prisão, pelo recrutamento, pela Guarda Nacional, e o indivíduo era privado até mesmo da garantia do habeas corpus (COSTA, 1999, p. 163).

Os militares encontravam-se descontentes, devido à sua participação cada vez mais reduzida no governo. Os proprietários rurais e fazendeiros do café estavam ressentidos com as iniciativas do imperador, na tentativa de extinguir, gradualmente, o sistema escravista. Assim, aos poucos, o governo perdia sua base de apoio. Outro fator que contribuiu para o desgaste desse regime foi a constante disputa entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado, que realizavam um verdadeiro duelo de poderes, uma briga que só desgastava ambas as partes.

Na década de 1880, o Brasil passava por uma série de atritos entre governo, proprietários rurais, imperialistas e militares. Essa instabilidade agravou-se com a crescente pressão de alguns setores, para que a abolição da escravatura fosse concretizada.

A ascensão política e social, nesta mesma época, das camadas médias urbanas- em geral, pouco comprometidas com o sistema escravista-, também contribuiu para que, nos principais centros citadinos, se desenvolvesse uma consciência contrária à permanência indefinida da escravidão ou, ao menos, à não tematização da questão, enquanto um problema a ser resolvido da forma mais conveniente possível; ainda mais porque indivíduos oriundos desses mesmos segmentos lutaram lado a lado com ex-escravos na guerra (LINHARES, 1990, p.267).

Outro fator que agravou, ainda mais, foi a doença de D. Pedro II, por ser a figura central do governo, sua debilidade gerou um clima de especulação, devido à sua sucessão, caso viesse a falecer. Muitos eram contrários que a Princesa Isabel assumisse o lugar do pai, por causa de seu casamento com o Francês Conde d'Eu, pois não sabiam quais seriam as intenções dele para o Brasil. Em uma sociedade ainda muito marcada pelas heranças de um patriarcado, não acreditavam que uma mulher conseguisse ter a capacidade de assumir o governo do império.

Os jornais da época faziam propagandas exaltando os benefícios que a república traria para a população, nos discursos de seus defensores encontram-se promessas de igualdade para todos os brasileiros, assim como melhores condições de vida. Porém, a população não estava envolvida nesse processo, nem todos queriam que a monarquia fosse extinta e muitos nem sabiam o que esse processo poderia resultar. As promessas de igualdade, prosperidade e direito ao voto estavam circulando, mas quando foi a hora de as colocar em prática, mulheres e setores mais humildes da população não foram incluídos, como veremos a seguir.

A classe média brasileira estava em um processo de ascensão nos grandes centros urbanos e, com isso, vislumbrava ter uma maior participação política. Isso fez com que as ideias republicanas, que estavam circulando, fossem aceitas rapidamente por essa classe social, pois essa seria a forma deles conseguirem ter a participação.

De fato, desde o término do tráfico negreiro e da introdução de imigrantes europeus, e especialmente depois do início da expansão cafeeira dos anos setenta, as molas fundamentais da economia imperial começaram a assentar em outras forças sociais, sem mencionar que desde a crise da Independência o papel da burguesia mercantil era importante na política (FAUSTO, 1997, p.17).

Em 15 de novembro de 1889 a Proclamação da República foi, então, declarada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, tornando-se chefe do governo provisório. Esse grupo republicano que organizou a Proclamação da República foi principalmente liderado por profissionais liberais, jornalistas e militares.

O Exército apareceu aos olhos das novas elites como o instrumento ideal para derrubar a Monarquia e instituir um novo regime que as colocasse no poder. Desde a Guerra do Paraguai, setores do Exército se indispuseram com o sistema monárquico. Convencidos de que os políticos civis eram corruptos, entenderam que cabia aos militares uma missão regeneradora, de salvação nacional. Nada mais natural, pois, do que a aliança entre esses setores militares e os republicanos, aliança que culminou na derrubada da Monarquia (COSTA, 1999, p.15).

Após a proclamação, os partidários republicanos apressaram-se para garantir a convocação de uma assembleia constituinte, a fim de garantir o reconhecimento da República e, também, créditos financeiros no exterior. Mas esse cenário se tornou cada vez mais incerto para a população e, também, para os líderes regionais, que tentavam garantir uma maior autonomia para os estados, assim como Boris Fausto (2014, p. 139) salienta em sua obra

Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizam por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - defendiam a ideia da República Federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais.

Com o novo sistema de governo em funcionamento, fazia-se necessário que a Constituição brasileira passasse por modificações. Com isso, a primeira Constituição⁹ republicana de 1891 inspirou-se no modelo norte-americano e criou a República Federativa liberal¹⁰. Assim, as províncias passaram a ser Estados, ganharam o direito de exercer atribuições diversas e garantiram uma autonomia financeira e jurídica, mas sem tentar ultrapassar os limites estabelecidos pela república.

Instalou-se, no país, o sistema presidencialista, no qual o presidente era eleito por voto direto e universal¹¹, exercendo um mandato de quatro anos. Também,

⁹ “A constituição em sentido jurídico, embora apoiada na constituição social, que traduz e espelha as forças sociais e econômicas do país, ordena, organiza e transforma a realidade em sistema de normas e valores, capazes de ditar regras no campo do dever ser. A constituição jurídica apela para o homem, como agente da história, homem apto a construir uma ordem política voluntária e consentida - artifício despido de arbítrio.” (FAORO, 2007, p.172).

¹⁰FAUSTO, 2014, p. 141.

¹¹“Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como analfabetos, os mendigos, os praças militares. A constituição não fez referências às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar” (FAUSTO, 2014, p. 141).

organizou-se todo o cenário político e administrativo brasileiro, que daria a república suas características.

Apesar das mudanças promovidas pela nova constituição, no que diz respeito à mulher, não teve nenhum avanço, pois ficaram fora do direito ao voto e continuaram atreladas ao lar e à família.

No tocante aos direitos legais, foi sacramentada em dois momentos a condição de inferioridade feminina, mas ainda assim encontram-se avanços. O primeiro código civil da recém-nascida República, promulgado em 1890, concebia como um direito natural a supremacia masculina. Cabiam ao marido todas as decisões do casal, pois era ele quem chefiava a família, sendo responsável pela sua vida pública, manutenção e administração dos bens, inclusive dos que a esposa trouxera como 'dote', prática que ainda era comum por aquela época (SCHERER, 2010, p.1, grifo do autor).

A república demonstrou ser bem mais conservadora do que a própria monarquia, ao invés da igualdade, que ela deveria trazer a todos os setores sociais, continuou marginalizando as camadas mais pobres da população, principalmente, os escravos recém libertos, excluindo grande parte da população das decisões políticas. Como aponta Linhares (1990, p. 316): “Democracia e liberalismo excludente: eis o que resume o espírito do regime político em vigor no Brasil entre 1889 e 1930”.

A instalação da república¹² mexia com o imaginário da população, porque trazia toda uma simbologia, a qual fazia as pessoas acreditarem que esse seria um período de mudanças, pois despertou o desejo de renovação e a ideia de democracia, em que todos teriam os mesmos direitos e deveres. A ideia de república, utilizada pelos republicanos, tinha como inspiração o modelo da república francesa, assim como os seus símbolos fizeram parte da construção desse ideal no Brasil, como descreve Carvalho (2013, p. 75):

Um dos elementos marcantes do imaginário republicano Francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República. A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a república, a própria pátria. Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o a figura feminina. Da primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república.

¹²“Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham que enfrentar” (CARVALHO, 2013, p.24).

A construção de símbolos nacionais era mais necessária, para que a população, que não teve grande participação na instalação desse novo modelo de governo, pudesse se identificar com as propostas que ele trazia. Era necessário mexer com o emocional, já que mesmo com toda a propaganda realizada para a implantação da república a grande massa populacional não havia comprado suas ideias, nem mesmo identificava-se com todo aquele cenário. Assim, era preciso fazer com que o modo republicano e seus personagens se popularizassem. Para isso, foram renomeadas escolas, avenidas, ruas, praças com nomes desses personagens republicanos, que participaram do processo da instalação da república.

Era necessário criar heróis¹³, mas as tentativas de promover os personagens que participaram da formação da república não teve êxito, dado que seria preciso buscar alguém que correspondesse ao desejo do povo, que fosse mais próximo a ele. Em vista disso surgiu a figura de Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), o qual muito pouco se sabe sobre quem, realmente, foi esse personagem, pois apenas encontram-se informações de que era um mineiro e que teve participação no episódio conhecido como Inconfidência Mineira¹⁴. Não se sabe ao certo nem mesmo a classe social a que pertencia. Em torno dessa figura, foi criado um mito de defensor nacional, que lutou contra o governo, para defender seu povo.

Outros símbolos nacionais foram criados, como o próprio hino¹⁵, onde eram exaltadas as façanhas e as belezas nacionais. A bandeira também apareceu como símbolo, manteve o fundo em verde, o losango amarelo e a esfera em azul, as estrelas passaram para dentro da calota e foi introduzida a frase “Ordem e Progresso”, que marca, justamente, as ideias positivistas, as quais existiam dentro do novo governo.

Assim, foi desenhado o novo cenário nacional, que, em seu início, teve uma aparência muito militar, ficando conhecida como República da Espada e, também, pela grande participação de oligarquias locais. Estas passaram a ter grande influência no governo e, assim, defendiam seus interesses pessoais. Era chamado

¹³“A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnação de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. (...) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação” (CARVALHO, 2013, p.55).

¹⁴ Revolta que ocorreu na capitania de Minas Gerais, onde grande parte da população se revoltou contra o governo português, seus abusos e a cobrança de altos impostos. Essa revolta acabou sendo contida pelo governo e seus líderes sofreram duras punições.

¹⁵ A letra do Hino da Proclamação da República foi escrita por Medeiros de Albuquerque e a música composta por Leopoldo Miguez. (HINOS. Disponível em:<<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/hinos>>. Acesso em 25 de junho de 2017).

*coronelismo*¹⁶, uma forma de domínio político, um sistema exercido principalmente no meio rural, mas que conseguiu ter uma grande influência, também, no meio urbano.

2.2 O cenário econômico e social, nas primeiras décadas do Brasil republicano

A cidade e a forma de convivência social modificavam-se, cada vez mais. O Brasil seguia padrões europeus em sua modernização, princípios trazidos principalmente da França, a partir do período conhecido como *Belle Époque*¹⁷(1890-1920). Este foi um tempo de ascensão da burguesia francesa e da instalação de uma nova maneira de organização da cidade e de seus habitantes, havendo uma preocupação com a limpeza e higiene e uma maior atenção para a construção de lugares de convivência social, como praças e jardins. Além disso, deu-se a própria modernização do país e, também, uma grande modificação em relação ao trabalho, que passa a ser considerado livre e deixa para trás todos os sofrimentos causados pelo trabalho compulsório.

O início do período republicano se caracterizaria por esse afã pela modernidade, desejo explicitado por políticos e intelectuais. Acompanhar o fluxo do progresso nesse momento significava, em grande medida, adequar-se ao ritmo da economia europeia e aos padrões da cultura, assim como aproximar-se das formas de modernidade ditada pelos países da Europa Ocidental. No Brasil, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram ainda marcadas pelo crescimento da urbanização e a ampliação das funções urbanas (ARAUJO, 2015. p. 1).

Seguindo esse modelo, os principais centros urbanos do Brasil passaram por grande modernização, as paisagens urbanas ganharam novas formas, projetos de saneamento básico foram executados, bem como alargamento e abertura de novas

¹⁶ “O fenômeno do coronelismo alcançou o seu clímax nas duas primeiras décadas do século XX. A clientela do coronel variava de conformidade com sua influência, podendo até haver uma forma de coronelismo tacitamente hierárquica, isto é, coronéis subordinando-se a um só, no qual reconheciam o mais forte. Estabelecia-se então uma graduação de domínio, no vértice o grande coronel. Todos eles possuíam a sua clientela a quem protegiam em troca de lealdade e de votos. O cliente se identificava como “gente” desse ou daquele coronel, caracterizando o termo a diferença entre apadrinhado” (AZEVEDO, 2012, p. 125).

¹⁷ “A arte, a moda, a arquitetura, a etiqueta, entre tantos aspectos do final do XIX e início do século XX, retrataram a busca de novas linguagens para traduzir as dinâmicas mudanças trazidas pelas novas técnicas. Chamamos a esse período sedutor, pleno de turbulências culturais, de *belle époque*” (MARQUES, AMARAL, 2013, p.285, grifo do autor). Essa expressão teve sua origem na França, em um período em que aquela sociedade passou por uma crescente transformação urbanística, cultural e social, afetou a maneira com que as pessoas viviam e não teve uma demarcação de tempo, esse modelo civilizatório e moderno se espalhou por vários países, sendo associado ao processo de modernização dos grandes centros urbanos.

ruas, criação de avenidas, novas construções, instalação de teatros e cafés, criação de bairros, destinados à abrigar a elite da cidade, entre outras mudanças nos setores culturais e sociais.

Após a proclamação da república e, principalmente, com o fim da escravidão, os centros urbanos sofreram com a superlotação populacional, com a criação dos cortiços que proliferaram as péssimas condições de higiene e saneamento básico; a falta de emprego foi responsável pelo aumento da criminalidade, da miséria e da fome. Todos esses fatores contribuíram para a proliferação de doenças entre as pessoas mais pobres.

Existiam dois mundos bem diferentes em um mesmo local; era necessário que um deles fosse profundamente modificado, para ser possível essa revitalização e modernização. Então, as populações mais pobres foram forçadas a procurar um novo espaço para viver ou sobreviver. Foi assim que as diversas “favelas” foram criadas, pois não tendo mais espaço nos centros as populações foram subindo os morros e construindo suas moradias.

Ocorreu, principalmente, no Rio de Janeiro¹⁸, uma preocupação em mudar a visão que existia da cidade, pois, com todos esses problemas, a capital da república precisava adequar-se aos novos padrões que surgiam, bem como inserir-se nesse processo de modernização, visando favorecer as necessidades e desejos da burguesia brasileira. Em sua obra, Soihet (1997b, p. 364) descreve a preocupação que ocorria:

Em relação ao Rio de Janeiro, face ao seu estatuto de capital da República e cidade mais populosa do Brasil, urgia acelerar o seu projeto de modernização, tornando-a cartão de visitas do progresso alcançado por todo o país. A derrubada dos cortiços das áreas do centro afigurava-se como indispensável, inclusive, porque eram considerados focos das epidemias que, periodicamente, infestavam a cidade. A medicina e os interesses econômicos uniram-se no propósito de transformar a velha cidade numa metrópole moderna que deveria atrair capitais e homens estrangeiros.

Em meio a esse cenário, o sistema familiar começou a ser modificado, ficando para trás os padrões impostos pelo patriarcado. Um novo sistema familiar, com

¹⁸“Primeira cidade brasileira a sofrer um amplo projeto de reformas após o advento republicano, referenciado no exemplo “civilizador” da Paris haussmanniana, o Rio de Janeiro, capital da nação até 1960, seria alvo das mais variadas tentativas de controle das moradias, no sentido de harmonizar as vizinhanças e estender a dimensão coletiva, pública, os padrões de privacidade controlada e estável” (MARINS, 2001, p.137, grifo do autor).

liberdade de escolha entre os cônjuges, passa a ser aceito; o amor romântico¹⁹ começou a fazer parte integrante dessa escolha. O que era, antes, sem valor para a família e para a Igreja Católica; agora, começa a ser aceito e respeitado por ambas as partes.

A nova forma de casamento e construção familiar ganhou o apoio de médicos e higienistas²⁰, os quais não aceitavam que o amor fosse algo separado do sexo. Também, na própria formação da família era necessária a existência de afeto entre o casal, com a finalidade de que os padrões estabelecidos pela Igreja Católica, no sacramento do matrimônio, pudessem ser praticados de forma correta e livre.

A economia brasileira enfrentava uma crescente crise, com problemas financeiros, que vinham desde os tempos do império, o qual herdou uma dívida externa muito grande e que consumia grande parte do saldo da sua balança comercial. As dívidas cresciam gradativamente, por isso eram realizadas diversas tentativas de conseguir maiores prazos para o pagamento, juntamente com os credores.

O café era o principal produto produzido no Brasil²¹ e era destinado a abastecer o mercado externo, juntamente com outros produtos agrícolas. Mesmo com o fim do império, a economia do Brasil não deixou de ser voltada à produção agrícola e pecuária. A ampliação das lavouras destinadas para a plantação do café fez com que a oferta do produto no mercado internacional aumentasse, o que ocasionou uma acentuada queda do preço do produto. Embora a sua diversidade territorial, o Brasil não conseguiu deixar de ser um mero fornecedor de matéria-prima para os grandes países capitalistas.

Apesar de envolver-se no processo de industrialização, desde 1850, esse processo industrial desenvolveu-se progressivamente, e não conseguiu ter um grande impulso, justamente porque o Brasil encontrava-se muito preocupado com o mercado

¹⁹SCOTT, 2012, p. 17

²⁰ “O higienismo, como uma forma de pensar, pode ser compreendido como um desdobramento da medicina social. Com a Revolução Industrial e o crescimento urbano desordenado, no final do século XIX e início do século XX, surgem as desordens de saúde relacionadas à concentração urbana e as más condições sanitárias, fazendo-se necessária a presença do médico” (PIZARRO, 2015, p.322).

²¹ “O predomínio das atividades agroexportadoras, durante a Primeira República, não foi absoluto. Não só a produção agrícola para o mercado interno teve significação como a indústria foi-se implantando como força crescente. O Estado de São Paulo esteve à frente de um processo de desenvolvimento capitalista caracterizado pela diversificação agrícola, a urbanização e o surto industrial. O café continuou sendo o eixo da economia e constituiu a base inicial desse processo” (FAUSTO, 2014, p. 159).

externo, assim como não tinha se enquadrado bem no capitalismo²². A indústria brasileira, em sua fase de desenvolvimento, produzia, basicamente, bens de consumo para os próprios trabalhadores dos centros urbanos, importando muitos produtos do mercado europeu, principalmente da Inglaterra, que já possuía uma industrialização bem desenvolvida e que tinha um grande alcance comercial mundial.

O aperfeiçoamento dos métodos de transporte, com o aparecimento das vias férreas, as modificações introduzidas no processo de fabrico de açúcar e beneficiamento de café, a intensificação no ritmo das construções civis e, finalmente, os melhoramentos urbanos estimulariam por sua vez o aparecimento de indústrias subsidiárias (COSTA, 1999, p. 258).

A República significou, nesse meio, a possibilidade de modernização do sistema econômico brasileiro e uma possível reestruturação das formas comerciais. Para melhorar o transporte das mercadorias, foram realizados investimentos em construção de estradas de ferro, melhoria dos portos e criação de novos bancos – a busca por créditos financeiros aumentou muito, durante a instalação da república, gerando o acúmulo de dívidas à população.

O processo de imigração no Brasil foi intenso, durante o período da República Velha. Pode-se dizer que ocorreu uma imigração em massa, principalmente de imigrantes vindos de países europeus, mas também de outros países do mundo.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período de 1887 -1914 concentrou o maior número de imigrantes, com cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, além de outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho naqueles anos para a lavoura de café. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes. Após o fim do conflito constatamos uma nova corrente de imigrantes, que se prolonga até 1930 (FAUSTO, 2014, p.155).

Os imigrantes foram responsáveis por grande parte da mudança socioeconômica, que aconteceu no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX²³. Eles eram atraídos para o Brasil pela propaganda que existia em torno de uma oferta de vida melhor, principalmente com a promessa de terem seu próprio pedaço de terra, onde poderiam plantar e criar animais para seu consumo. Sabe-se que a maioria das promessas feitas para os imigrantes, ainda em seus países de origem,

²² “*Capitalismo*: termo utilizado para caracterizar uma forma de atividade socioeconômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na utilização da força de trabalho do assalariado” (AZEVEDO, 2012, p.86-87).

²³ FAUSTO, 2014, p.155.

não foram cumpridas; muitos deles sofreram bastante nas fazendas de café paulistas, em que foram encaminhados; e os que foram levados para a região sul do Brasil, encontraram uma área territorial inexplorada muito grande.

A maioria dos imigrantes que entraram nessa área foi encaminhada para as lavouras de café, exercendo funções anteriormente desempenhadas pelos escravos. Mais para o sul do país, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, desenvolveu-se um sistema diferente de colonização. Concederam-se aos colonos lotes de terras. Embora o processo tenha sido diferente num e noutro caso, o contingente imigrante contribuiu, tanto numa região quanto em outra, para o desenvolvimento dos núcleos urbanos e para a ampliação relativa do mercado interno, estimulando as funções urbanas (COSTA, 1999, p.252).

Porém, todas as mudanças pelas quais o Brasil passava, no final do século XIX, não fizeram com que a promessa de igualdade defendida pela República fosse realmente praticada. Surgiam, nesse cenário, novos meios de exclusão de grande parte da população e das mulheres. Passavam a coexistir nessa sociedade valores ligados às antigas tradições/costumes e uma proliferação de ideias liberais da civilização moderna, que traziam em foco o papel da mulher na sociedade.

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-las nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já uma área acadêmica consolidada (PERROT, 2007, p.11).

Mesmo assumindo novos papéis na sociedade, as mulheres não deixaram de ser consideradas meras coadjuvantes na construção da história, pois continuavam escondidas atrás da figura dos pais, maridos ou irmãos.

2.3 A condição feminina no início do século XX

Assim como o termo “condição humana”, a “condição feminina” relaciona-se a um estado físico e psicológico, a uma maneira de ser, mesmo que historicamente construída. (VEIGA; PEDRO. 2015, p. 124, grifo dos autores)

Mas e a mulher? Com a nova estrutura familiar em formação, ela conseguiu ter um novo papel nessa sociedade? No que diz respeito à família, a mulher continuou

exercendo o papel de mãe e esposa, continuou sendo responsável pela administração de afazeres domésticos e obediente e submissa ao marido. Porém, aos poucos, foi ganhando voz, principalmente em famílias de baixa e média condição financeira; por isso, fazia-se necessária a prática de trabalhos fora de casa, como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomante e os possíveis biscates que surgissem²⁴, para poderem ajudar no sustento da família.

Ao analisar a condição da mulher na sociedade, entre os anos de 1889 a 1930, é preciso entender que elas não eram um grupo fechado. Dessa forma, faz-se necessário buscar quem eram essas mulheres, visto que nesse momento da história brasileira eram muitos grupos sociais distintos. Nele, encontrava-se a mulher branca que vivia em meio à elite social, a mulher branca pobre, a mulher negra, a mulher indígena e tem-se que pensar, também, na mulher imigrante a qual estava chegando com a sua família, nesse espaço, e começa a fazer parte dele. Por isso, compreende-se que esse período foi marcado por uma grande diversidade social, com diferenças étnicas, credo e, principalmente, diferenças econômicas.

Desse modo, nosso estudo está inserido na “terceira onda”²⁵ da categoria de gênero, iniciada nos anos 1980, a qual é caracterizada pelas diferenças coletivas significativas entre as mulheres. Surge uma nova descoberta prático-teórica: a da multiplicidade. Uma nova abordagem chega ao mundo acadêmico, que pretende explorar não só diferenças entre homens e mulheres, mas também diferenças entre as mulheres, levando em consideração a etnia, a idade, a posição social etc. Fica para trás a Mulher Universal e entra em ação as Mulheres: as diferenças “dentro”.

Essa “onda”²⁶ caracteriza-se por meio do reconhecimento das diferenças de gênero: distinção etnia/posição social/gênero – a diferença na diferença. Os estudos das relações de gênero sugerem que os gêneros são o que mulheres e homens são,

²⁴ SOIHET, 1997, p.365.

²⁵A história do movimento feminista contemporâneo passou por três “ondas” distintas: a) igualdade acima das diferenças de gênero; b) a diferença de gênero feminino e masculino; c) as diferenças entre as mulheres “multiplicidade feminina”. As três “ondas”: Igualdade, diferença e diferenças, retratam os momentos históricos e teóricos que representam a redefinição de bandeiras de luta e a diferenciação interna de suas correntes ideológicas.

²⁶ Na “terceira onda” o “conceito de gênero se mostraria mais potente na medida em que fosse tomado em suas articulações como: classe, etnia, idade, etc” (LOURO, 2002, p.229), ou seja, só é possível a análise das relações de gênero se levar em conta a condição global das pessoas – classe, etnia, idade, espaço, tempo. Assim, mesmo que existam muitos elementos comuns na vivência e na condição das mulheres e dos homens, nem todas(os) foram criadas(os) para exercer o mesmo papel sem nenhuma diferenciação.

e o tipo de relações que acontecem entre eles são produtos de construções históricas e culturais, e não simples elaborações de dados biológicos.

A diferença social e o meio em que vivem irão ser fatores fundamentais para poder-se analisar essas mulheres, uma vez que elas terão um papel de mais ou menos importância na família, dependendo, justamente, de suas condições econômicas, pois quanto maior as dificuldades encontradas mais essas mulheres terão que assumir um papel atuante dentro de suas casas, a fim de ajudar no próprio sustento de suas famílias.

Desde o início da colonização, buscou-se, no Brasil, seguir os padrões morais vindos da Europa. A Igreja Católica foi responsável por proliferar as normas de comportamento que a sociedade precisava se submeter e, principalmente, a que as mulheres deveriam seguir. Cada vez mais, o processo de “domesticação” feminina implantava-se na república, trazendo características que vinham desde o início da colonização brasileira e que, com o tempo, adquiriram sua importância dentro da sociedade, assim como Priore analisa:

(...) cabendo a igreja Metropolitana adaptar valores caros e conhecidos das populações femininas, para um discurso com conteúdo e objetivo específicos. Este discurso foi pulverizado sobre toda a atividade religiosa exercida na Colônia, dando especial sabor normativo aos sermões dominicais, as palavras ditas pelo padre no confessionário, as regras das confrarias e irmandades, aos “causos” moralizantes, aos contos populares, aos critérios com que se julgavam os infratores das normas, através da “murmuração” e da maledicência (DEL PRIORE, 1990, p. 21).

É notório que no Brasil, até o século XIX, as cidades não possuíam muitos lugares de convivência, nem mesmo teatros ou praças em que as famílias pudessem fazer seus passeios. As mulheres burguesas²⁷ - classe que estava em ascensão no período – ficavam cada vez mais em casa; a igreja era, muitas vezes, o único espaço onde se realizava contato social com as demais famílias.

Aos poucos, a cidade ganhou forma, e a industrialização impulsionou o crescimento urbano, atraindo muitas pessoas do meio rural para as grandes cidades. Cada dia mais, era necessário que as cidades se adequassem a esse processo de modernização. A proclamação da república favoreceu muito a essas mudanças, ser

²⁷ “Embora as mulheres mais ricas fossem estimuladas a frequentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá, ou mesmo passeando nas novas avenidas, deviam estar sempre acompanhadas” (SOIHET, 1997, p. 365).

civilizado era algo necessário às mudanças que começavam a acontecer, a partir desse momento.

À medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores (COSTA, 1999, p.256).

Desde que a colonização brasileira iniciou, a condição feminina não teve progressos, pois sobre ela, ainda, recaía os estereótipos de boa moça, filha obediente, esposa zelosa e mãe dedicada. Essa condição esteve presente na vida das mulheres, até o século XX, porém, somente a partir do processo de modernização brasileira, ela começa a ganhar espaço na sociedade²⁸. Pode-se observar a existência da influência dessa modernização na vida das mulheres:

As mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, reclamam sua preferência nos novos espaços da cidade, como nas escolas então criadas para os filhos das famílias abastadas (...). Às mulheres pobres e miseráveis, as fabricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica, apareciam como alternativas possíveis e necessárias (RAGO, 1987, p.62-63).

Observa-se que, quanto maior o nível social a que pertencia a mulher, mais ela ficava restrita ao lar e à família, pois deveria demonstrar submissão e obediência ao marido, o que nem sempre aconteceu com mulheres pertencentes a classes mais baixas, pois as pobres se viam obrigadas a trabalhar para ajudar no sustento da família. São dois extremos que nem sempre se ligaram por um ideal comum de liberdade e reconhecimento, mas que, com o passar dos anos, passaram a fazer parte

²⁸ “Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente as moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadora, exaltando as virtudes burguesas de laboriosidade, de castidade e de esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas sexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo de trabalho” (RAGO, 1987, p.62).

de um mesmo cenário, onde era necessária uma união para ser reconhecidas como capazes e respeitadas pela sociedade.

Uma grande dificuldade ao escrever a história das mulheres no Brasil é a falta de informações disponíveis sobre elas, visto que se encontram poucos materiais disponíveis sobre sua história e, na maioria das vezes, quando eles existem foram produzidos por homens, trazendo uma visão distorcida sobre o assunto.

Em países da Europa, as famílias com mais posses investiam na educação de suas filhas, pois acreditavam que elas deveriam ter instrução para poder ser uma boa administradora de seu lar. Portanto, é mais comum a existência de textos produzidos por mulheres nesses países.

No Brasil (...) em 1827, o legislativo aprovou lei que admitia meninas em escolas, mas exclusivamente de ensino elementar. Elas só podiam ingressar nas de nível superior bem mais tarde, em 1879 (...) mesmo assim, com restrições para o trabalho, depois de formadas. Não por acaso umas raras foram estudar no exterior, onde acabavam ficando para praticar o que aprenderam (SINA, 2005, p. 17).

Nesse sentido, no Brasil, era ensinado para as mulheres somente o que elas necessitavam para viver em sociedade e em harmonia com o marido. Com a falta de professores nas instituições de ensino público, foram criadas escolas normais destinadas a formar professores ditos primários²⁹. Essa era, muitas vezes, uma das únicas formas das mulheres possuírem algum tipo de educação.

A Igreja Católica tinha muita influência nesse pensamento de que a mulher deveria ser formada apenas para cuidar do lar e dos filhos. Para ela, a pureza da mulher era necessária, a fim de que conseguisse viver em harmonia com o marido. A educação poderia afastá-la da natureza dada por Deus, e distanciar-se desta poderia significar se desviar dos dogmas doutrinários e representar uma ruptura com os padrões estabelecidos pela igreja, naquele período.

Mas pensar a mulher como destinada à submissão, em meio à criação de uma República que traz como símbolo a liberdade, era algo que não poderia mais ser aceito. Assim, começam as inquietações de muitas mulheres, que não desejam mais serem apenas lembradas pela figura dos maridos, pois queriam quebrar as barreiras impostas pela sociedade e sair do seu casulo, para circularem livremente, sem precisar da autorização dos pais ou maridos. A partir dessas ideias, no próximo

²⁹ HAHNER, 2003, p.78.

capítulo, buscam-se compreender quais os simbolismos ligados ao corpo feminino e, principalmente, a ligação dele com o prazer masculino.

3 CORPO FEMININO: DO SIMBOLISMO AO PRAZER

Durante o processo de construção da história das mulheres, vê-se um simbolismo ligado ao seu corpo. Nesse sentido, a forma de o representar passou por uma série de reconstruções e fez com que ele fosse alvo de curiosidade e de controle, principalmente masculina. No Brasil, durante o período conhecido como República Velha, a Igreja Católica, médicos e higienistas tentaram controlar, moralizar e esconder o corpo das mulheres, por achar que ele fosse o principal caminho para o pecado e desonra das famílias. Durante este capítulo, trabalha-se com esses simbolismos, que envolvem o corpo feminino, bem como verificar como este era parte integrante do imaginário masculino, da época.

3.1 O corpo enquanto construção cultural

Cada sociedade cria suas próprias representações, para interpretar os indivíduos e o modo que eles vivem. Não é diferente com a imagem criada sobre o corpo, pois sabe-se que ele foi objeto de estudo que atraiu muitos pesquisadores, na busca por interpretá-lo e desvendar seus mistérios.

O corpo manifesta tudo quanto nós somos. É território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infindáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confrontar. O corpo é o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres. O corpo revela nossos traços de subjetividade e nossa fisiologia, ao mesmo tempo em que os esconde. O corpo é sempre biossocial. É sempre a evidência que acompanha o ser humano do seu nascimento à sua morte. É o que nos acompanha em toda a “história” de muitas histórias (WANDERMUREN, 2006, p.179).

O corpo vai além do fator biológico, visto que passa, principalmente, por uma construção cultural³⁰, que a sociedade molda, conforme seus conhecimentos, e que pode adquirir diversos significados. “O corpo é analisado como um objeto cultural usado de forma específica em culturas diferentes” (WANDERMUREN, 2006, p.180).

Esse aspecto não é diferente ao falar-se sobre os padrões morais e de comportamento da sociedade brasileira no período republicano. Sabe-se que,

³⁰ “A cultura inscreve-se no corpo a fim de modelá-lo e socializá-lo com base em suas regras e suas normas” (PARISOLI, 2004, p.26).

principalmente, o corpo da mulher³¹ é envolvido por uma série de desconstruções culturais, que perpassam desde a utilização deste como local sagrado chegando até seu uso, como fonte de prazer associado ao sexo³².

Entre os séculos XIX e XX, havia uma constante necessidade de moralizar o sexo e a conduta feminina. Em uma sociedade que se encontrava em pleno desenvolvimento, moralizar esse sexo não significava unicamente reprimir os desejos sexuais, mas também fazer com que a sociedade aceitasse as restrições que eram impostas pela Igreja Católica, como forma de controle e, assim, repassasse para as futuras gerações o que era aceito e o que poderiam fazer dentro de sua “intimidade”.

Passou-se de um imaginário religioso- que presidia a todos os atos do cotidiano, em que nada escapava a um olhar (divino) que pedia disciplina e obediência, que penetrava em todos os atos e pensamentos e o impensado – para um imaginário civil, num olhar que deixou de ser exterior, fora das ações humanas para se tornar social, civil, público (JOAQUIM, 2015, p.425).

Mas, muitas vezes, a Igreja Católica não conseguia controlar a intimidade das pessoas, a vida dos casais. O que faziam em seus quartos poderia ser diferente do que a igreja queria, uma vez que isso dependeria exclusivamente da vontade e do desejo de ambos. Conforme Araújo (1997, p. 53):

O ideal do adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro. A igreja bem que tentava tomar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo seu corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias.

Assim, alguns setores da sociedade desenvolveram, no decorrer do tempo, a capacidade de manipular o corpo ³³, ou seja, de construir uma série de comportamentos a que ele deveria se submeter, não se importando, exclusivamente, com os fatores biológicos comuns, mas buscando controlar as pessoas, por meio dessas regras, com o intuito de, através dele, mostrar os valores que a própria

³¹ “A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. E isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constringida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar” (PERROT, 2007, p. 49-50).

³² A importância atribuída ao sexo não é a mesma ao longo das épocas.

³³ “Historicamente, pode-se encontrar o corpo tematizado como um elemento importante dos processos de produção, manutenção e transformação das identidades sociais e culturais e, concomitantemente, dos processos de diferenciação, hierarquização e de desigualdade social: a força corporal foi por muito tempo, um importante argumento, dentro outros, para explicar a superioridade dos homens sobre as mulheres” (MEYER; SOARES, 2004, p. 9).

sociedade constrói com o desenvolver da história, pois “o corpo sempre foi o reflexo de pressões e de transformações múltiplas fundadas nos valores e crenças promulgadas pela sociedade” (PARISOLI, 2004, p.25).

As relações dos homens e mulheres, no final do século XIX, eram baseadas nas representações³⁴ que estes faziam de si e das imagens que projetavam sobre o outro. Os comportamentos das mulheres eram carregados de símbolos e diziam muito da sociedade, dos seus valores e das regras sociais. Elas tiveram que aceitar esses símbolos como exemplo a ser seguido, deixando de lado seus próprios desejos e vontades para se enquadrar no modelo ideal feminino, criado ao longo do tempo pela sociedade e, principalmente, pela Igreja Católica.

Na evolução das regras de civilidade propostas pelos manuais vêm-se as imagens do corpo que se foram alterando; corpo sempre presente e que se tenta modelar até à presença discreta, à quase invisibilidade. No entanto, o ‘corpo’ povoa estes textos, em cada regra, em cada linha, ele diz-se, afirma-se. Como se a sexualidade fosse o segredo, o interdito sempre presente, a não nomear (JOAQUIM, 2015, p. 425, grifo da autora).

Todas as ações, desde a infância até a vida adulta, independente da fase, estão associadas às construções culturais e sociais. Mesmo de forma involuntária, é passado para a criança o modo que ela deve se comportar em sociedade, embora as ações praticadas por esse indivíduo pareçam naturais, tem um grande reflexo no desenvolver de sua vida. A cultura refere-se aos modos de vida de qualquer sociedade, cujos costumes e condutas, comportamentos e formas de pensar são compartilhados e transmitidos pelas pessoas que a compõem, e passados de uma geração a outra.

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante ao desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que ele se diz (GOELLNER, 2015, p.135).

³⁴ “Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, cujo poder estruturante foi mostrado pelos antropólogos. Mas assumem formas variáveis conforme as épocas, assim como as maneiras de gerilas” (PERROT, 1998, p. 9).

Pode-se dizer que nunca existirá um corpo considerado ideal, em todos os tempos históricos, pois, conforme a sociedade modifica-se, seus valores e suas crenças também passam por essa transformação. Conseqüentemente, o simbolismo empregado sobre o corpo transforma-se, juntamente.

Nesse sentido, o corpo feminino, que antes tinha que ser escondido por meio de diversos panos, hoje, pode ser observado sem a utilização de nenhum tipo de vestimenta, e isso não escandaliza mais as pessoas que o observam, pois, para muitas pessoas da sociedade atual, isso é comum, ainda mais quando o corpo exibido está dentro dos padrões estéticos e de beleza. Assim, consegue-se ver que, mesmo com as mudanças que ocorrem com o passar dos tempos, a sociedade sempre vai organizando uma maneira de controle sobre os corpos.

A todo momento nos deparamos com discursos e práticas que investem em nossos corpos, incitam nossos desejos, produzem nosso imaginário, movimentando de modo diverso e peculiar, diferentes assujeitamentos e resistências. Afinal, na sociedade contemporânea os corpos são espetáculos (GOELLNER, 2015, p.136).

O corpo passou, no decorrer do tempo, a fazer parte das discussões teóricas, bem como utilizado na música, na poesia, na propaganda, como forma de representar a beleza e exaltar a figura feminina e toda sua capacidade de *sedução*.

O corpo passa a ser um objeto de representação, que, nas palavras de Roger Chartier (2011, p. 27),

[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram.

Sendo essas representações uma das formas de reproduzir, por meio dele, vários significados dentro da sociedade e da cultura, sendo envolvido, a partir daí, pelos diferentes simbolismos, que foram criados no decorrer da história.

(...) o corpo não é mais que uma ideia histórica, isto é, o simples produto da construção cultural da sociedade, o corpo humano é sempre e antes de tudo uma entidade real, uma realidade material, o substrato carnal de cada pessoa. (PARISOLI, 2004, p.24)

O corpo é, desse modo, o reflexo das necessidades sociais, das crenças e das transformações, ocorridas na sociedade, que estão ligadas, extremamente, às regras “civilizatórias”, estabelecidas pela própria sociedade. Dessa forma, a sociedade passa por uma série de transformações que traz, para cada período específico, suas próprias particularidades, as quais são recorrentes às suas necessidades.

3.2 Controle do corpo e da sexualidade feminina

A busca por compreender e interpretar o corpo estiveram presentes no decorrer da história. Pensar o corpo é algo que mobilizou estudos de muitos filósofos da Grécia Antiga, como Aristóteles, Platão e Sócrates. Eles acreditavam que a junção entre o corpo e a alma formava um importante conjunto, pois eram o corpo e a alma que possibilitavam as ações praticadas pelo ser humano.

A partir dessas concepções sobre o corpo, muitos outros estudiosos passaram a buscar um maior conhecimento sobre as formas de sua utilização, principalmente no que diz respeito ao sexo, ou seja, compreender como nos diferentes períodos da história o corpo foi pensado na sociedade.

Falar de corpo é falar de complexidades. O corpo é lugar de prazer, vida e fecundidade. Ele adota o modelo sócio histórico em que nasce e é educado, e expressa valores éticos. Tais valores, da sociedade e das religiões, impregnam a corporeidade, não só do ponto de vista da moral sexual, mas também a moral pessoal, interpessoal, social e religiosa (WANDERMUREN, 2006, p.178).

Na presente pesquisa, encontram-se ressaltadas as formas de repressão ao corpo na Idade Média. Nesse período, a Igreja Católica valeu-se de diversos simbolismos, como forma de associar o corpo ao pecado; por isso, renunciar ao desejo carnal e esconder o corpo era a única forma de salvação. Assim, criou diversos dogmas³⁵, para controlar a vida das mulheres.

³⁵Dogma é uma crença/filosofia imposta que não admite contestação e deve ser acatada pelos fiéis.

Ao fim de uma longa caminhada, ao preço de ásperas lutas ideológicas e de condicionamentos práticos, o sistema de controle corporal e sexual instalou-se, portanto, a partir do século XII. Uma prática minoritária estende-se à maioria dos homens e mulheres urbanos da Idade Média. E é a mulher que irá pagar o tributo mais pesado por isso. Por muitos e muitos anos (LE GOFF, TRUONG, 2006, p. 52).

Nesse momento histórico é que se aprimoraram as ideologias sobre a inferioridade feminina. Esses simbolismos, utilizados nessa época, trazem muitas heranças das ideias judaicas, de que o pecado no mundo começou por causa de um ato impensado da mulher, que, ao comer o fruto proibido no paraíso, foi expulsa do Jardim do Éden e fez com que toda a humanidade ficasse exposta ao mal existente no mundo. A historiadora Perrot (2007) faz uma menção sobre esse uso da distinção entre homens e mulheres, utilizados pela Igreja, em suas escrituras sagradas:

Poder sobre as mulheres: as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem de uma Natureza criada por Deus. Isso é verdade para os grandes livros fundadores- a Bíblia, o Corão- e, mais ainda, para as interpretações que são trazidas a esse respeito, sujeitas a controvérsias e revisões (PERROT, 2007, p.83-84).

A Igreja Católica valeu-se de sua importância na sociedade da época, para impor regras sobre as relações sexuais entre os casais e controlar todas as práticas sexuais entre os indivíduos³⁶. Na tentativa de dominação do corpo, as sociedades, por meio das organizações religiosas e dos dogmas, instituíram técnicas coercitivas sobre o físico, como o autoflagelo, ao mesmo tempo, instaurando a confissão como forma de controle.

³⁶O sexo somente vaginal com fins de procriação, a mulher deveria ficar debaixo do homem para evitar a visão da nudez. Sexo oral, sodomia, abortos, incestos, adultério eram considerados atos abomináveis. Eram passíveis a excomunhão e a interdição perpétua de qualquer casamento e de relação sexual. Por diversas formas, em diversas camadas e pelos mais variados motivos, a igreja pressionava aqueles que iam de contra seus valores. Independente de classe social todos que se colocavam em seu caminho eram rejeitados, excomungados e coagidos pelas penitências (LEAL; CABRAL. 2010, p. 578).

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja Católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício de ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos (DEL PRIORE, 1997, p. 78).

Mesmo com o passar dos anos, a Igreja Católica e demais ramificações foram introduzindo novas formas de controlar a sociedade e, principalmente, o corpo e o sexo. Em meio a isso, percebemos que ocorre uma luta simbólica³⁷, ou seja, sobre o corpo foram criadas diversas formas de o regular, sempre o associando ao pecado da carne e que poderia desviar os homens de bem do caminho escolhido por Deus, “afinal a época que prometeu direito de cidadania para todos, precisou, por sua vez, criar fortes barreiras simbólicas e especiais hierarquizando também os sexos” (RAGO, 2008, p.44).

Esconder o corpo era a maneira mais fácil de controlá-lo. Quando as mulheres passaram a reivindicar o direito de controlar seu próprio corpo, foram responsáveis por instalar na sociedade um grande medo, principalmente nos mais diversos setores sociais, que eram responsáveis por regulá-lo.

É com a Era Moderna que o corpo e a sexualidade passaram a ser não somente recusados e reprimidos como na Idade Média, mas objeto científico de estudo, intolerância coletiva e objeto de intervenção médica e judiciária, com elaborações teóricas, que resultaram em concepções preconceituosas e discriminatórias, que associavam as características físicas da mulher com o caráter moral dos indivíduos. É também neste período histórico que se intensifica a construção da ideologia do feminino como um ser inferior, perigoso, desconhecido, diabólico, semelhante ao satã, cujo objetivo era inspirado medo e, como consequência, operar o domínio, o controle, a repressão e a domesticação do corpo e da sexualidade da mulher e de outros setores “perigosos” da sociedade (EMMERICK, 2007, p. 60).

Por conseguinte, com a chegada da modernidade e, principalmente, da corrente Renascentista³⁸, ocorre uma reformulação no modo das pessoas pensarem

³⁷ BOURDIEU, 2000.

³⁸ Termo criado e instituído por Giorgio Vasari (1511-1574), pintor e escultor italiano, tradicionalmente empregado para designar, a partir do século XV, um ressurgimento da literatura e das artes for força da redescoberta de obras e autores da Antiguidade. Ficava, com o termo, caracterizada uma volta ao passado, especialmente à cultura Greco-Latina, fonte por excelência do pensamento e da arte. Tal concepção e impulso eram devidos a produção e ao entusiasmo de personalidades conhecidas como humanistas. Historiadores modernos ampliaram tais concepções, atribuindo ao termo uma verdadeira ruptura com a religiosidade medieval considerada retrograda. Assim, o Renascimento implicaria numa

e se organizarem em sociedade. Muitos valores e práticas são abandonos e passam a ter um contato maior com a própria ciência, com novas visões sobre o corpo e sobre as funções atribuídas a ele. O ser humano passou a buscar conhecimento sobre o seu próprio corpo e pensar de forma mais racional, bem como percebeu que tinha diversas funções dentro dessa sociedade em plena transformação, especialmente com o desenvolvimento industrial e a ascensão da burguesia.

Na contemporaneidade, as mulheres começaram a tomar as ruas e os novos centros urbanos. Aos poucos, elas passaram a serem figuras comuns nesses novos lugares de sociabilidade. Com a criação de novos lugares de sociabilidade, a partir da já mencionada *Belle Époque*, as mulheres passaram a frequentar cafés, praças e teatros, assim como Rago (2008, p. 29, grifo da autora) apresenta:

A relativa emancipação da mulher, sua livre circulação pelas ruas e nas praças, sua entrada mais agressiva no mercado de trabalho, a criação de um espaço público literário, segundo a expressão de Habermas, a solicitação para que frequentasse reuniões sociais, restaurantes da moda ou temporadas líricas foram percebidas de maneira extremamente ambígua. Se de um lado valorizava-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos papéis sociais bastante claras. No caso da mulher, que “honestas” e “perdidas” não se confundissem.

Mesmo assim, o controle sobre o corpo das mulheres continuava. As famílias ficavam responsáveis por zelar por suas filhas, a fim de que elas não se deixassem cair na tentação dos desejos carnis e se entregar a algum homem antes do casamento: “A virgindade das moças é uma virtude suprema consagrada pela Igreja e se torna uma obsessão familiar e social” (PERROT, 2007, p. 45).

A sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, também estava se modificando. As formas de comportamento e modo de viver entre as pessoas entraram nesse processo. É possível dizer que a modernidade chegou ao Brasil e passou a significar, para muitos setores sociais, uma maior liberdade de expressão ou mesmo de agir. Ocorreram diversas rupturas com os antigos códigos morais que a regulavam e novas formas de controle sobre a mesma foi sendo implantada³⁹.

redescoberta do homem, fazendo com que o teocentrismo da Idade Média cedesse lugar ao antropocentrismo (AZEVEDO, 2012, p. 388).

³⁹ “(...) as transformações nos gostos e costumes provocavam reações moralistas de medo, estas dirigiam-se principalmente a proteção da mulher, ao menos explicitamente” (RAGO, 2008, p. 47).

Mas no que diz respeito às mulheres, seu papel social e moral não havia conseguido, ainda, garantir essa liberdade e nem mesmo ter um acesso maior aos direitos, os quais eram concedidos apenas aos homens. Várias mulheres tinham a responsabilidade de cuidar do marido e do lar, e quando havia a possibilidade de andar pelas ruas era, basicamente, acompanhada pelo marido ou por alguém mais velho. Assim, as formas de cuidar o corpo e o manter vigiado continuavam⁴⁰.

Nessa época, as mulheres não possuíam uma identidade própria, quando eram mencionadas por meio do parentesco, ou seja, sendo associadas à figura do pai ou à do marido, ficavam sempre envolvidas pelo que sua família representava.

Para os médicos, as mulheres deviam estar restritas ao seu lar e ao pensamento de ser uma boa mãe e esposa, reforçando a ideia masculina sobre a submissão da mulher. Eles acreditavam que era necessário observar as questões relacionadas às mulheres e ao uso de seu corpo. Por isso, passaram a ser parte integrante e sempre presente na vida de muitas famílias, trazendo ideias e opiniões sobre tudo o que dissesse respeito à mulher e à sua saúde⁴¹.

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja Católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício de ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos (DEL PRIORE, 1997, p.78).

Outro fator determinante, nesse caso, era em relação à mulher sentir prazer durante o ato sexual. Isso era restritamente proibido – heranças da cultura medieval e dos dogmas e ensinamentos da Igreja Católica – o sexo deveria ser um ato praticado pelo casal com a finalidade apenas de gerar filhos, tanto que para saciar os desejos dos homens era permitido que eles fossem atrás de prostitutas. Qualquer comportamento diferente da mulher, em relação ao ato sexual ou mesmo em manifestar algum tipo de desejo, era algo que poderia significar sua perdição e sua condenação, perante à sociedade.

Dentro desse contexto, muitos médicos e higienistas acreditavam que inúmeras doenças que se proliferavam, na época, eram resultado da falta de controle sobre o

⁴⁰ RAGO, 2008, p. 44.

⁴¹ ENGEL, 1989, p. 43.

sexo e sobre as relações sexuais. Os médicos entendiam que as prostitutas eram as que mais sofriam com essas doenças, pois tinham uma vida sexual desregrada e ficavam expostas às diversas doenças, assim como pode-se ver neste trecho da obra de Magali Engel (1989, p. 79):

O corpo, corrompido pelos excessos sexuais, passa a manifestar alterações das funções orgânicas: excessiva ou rarefeita, a menstruação da prostituta é diagnosticada como anormal, determinando um estado de quase esterilidade e a propensão ao aborto natural.

As prostitutas tornaram-se um problema, na visão dos médicos, pois acreditavam que estas mulheres, que não controlavam sua libido sexual, eram uma ameaça para todos os setores da população, visto que sua exposição nos setores públicos era uma ameaça não somente para a saúde, mas também uma quebra das normas da sociedade.

A sexualidade das mulheres: um mistério, e considerado como tal. Misteriosa, a sexualidade feminina atemoriza. Desconhecida, ignorada, sua representação oscila entre dois pólos contrários: a avidez e a frigidez. No limite da histeria (PERROT, 2007, p.65).

Apesar de acreditarem que a prostituição fosse algo ruim para toda a sociedade, os médicos sabiam que ela era um mal necessário e inevitável, que não poderia ser extinta, mas, na concepção deles, a prostituição poderia ser regulada e controlada. Nesse sentido, a prostituição seria necessária, para que os homens não reprimissem seus desejos sexuais e, ao mesmo tempo, isso faria com que o sexo realizado com suas esposas fosse apenas uma obrigação, na intenção de gerar filhos, obedecendo, assim, as normas da Igreja Católica.

Necessidade produzida pelas contradições da própria natureza, a prostituição era vista como uma enfermidade incurável, que não poderia ser extinta, mas que precisava ser tratada. Associada à *sífilis*, ela aparece, aos olhos do médico, como uma *doença* do corpo que se propaga corroendo outros corpos, muitos dos quais *inocentes*. Por isso, era preciso combater o *mal* que se disseminava pelas ruas e pelas casas da cidade, *ameaçando* a integridade física, moral e social do indivíduo, da família e da sociedade (ENGEL, 1989, p. 106-107, grifos da autora).

Mulheres que desobedecessem aos padrões e buscassem ser independentes ou controlar seu próprio corpo tinham seus comportamentos atribuídos a doenças mentais –como histeria e a própria loucura –, com isso foram criados diversos estudos

e medidas para tentar controlar esses casos. Del Priore descreve como era essa preocupação na época:

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal. (DEL PRIORE, 2014, p.90).

Assim sendo, ser mulher significava aceitar sua natureza comum: a de gerar filhos e construir uma família nos moldes estabelecidos pela Igreja Católica, sem poder fazer nenhum tipo de questionamento. Mesmo com o passar dos anos, o papel de mãe zelosa e esposa dedicada continua presente na vida de grande parte das mulheres. Além disso, ganhou a “liberdade” de sair do âmbito privado e ser parte fundamental na vida pública da sociedade, assumindo lugares os quais eram destinados apenas aos homens e mostrando sua capacidade para desenvolver diversas atividades.

3.3 O corpo da mulher e sua ligação com o prazer

As mudanças em relação à condição feminina tiveram a influência do desenvolvimento industrial e urbano⁴², como o maior acesso à educação escolar, juntamente com a difusão da imprensa feminina, que realçava a importância do seu caráter e de sua educação para a sociedade, como também um espaço para revelar seus anseios e desejos.

As mulheres começaram a sair, cada vez mais, às ruas para trabalhar. O processo de industrialização que estava ocorrendo requeria uma maior mobilidade feminina. Essa mobilidade, em vias públicas, não era alcançada por todas as mulheres, apenas às de classes sociais mais baixas – entre elas as imigrantes e as ex-escravas – é que tinham a “liberdade” de circular nesse meio urbano.

As mulheres de famílias com melhores condições, aos poucos, também entraram nesse espaço. Com o desenvolvimento do comércio, passaram a sair às ruas, para fazer compras para a casa e conhecer as novidades da moda, as quais

⁴²(...) a entrada em cena das mulheres de várias classes sociais nas fábricas, escritórios, escolas, comércio ou nos serviços de infraestrutura urbana ameaçava subverter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social(...) (RAGO, 2008, p.42).

vinham da Europa. Nessa sociedade, mulheres adotaram novos modos de viver, assim como Rago (2008, p. 66) ressalta:

As novas lojas, sortidas com mercadorias importadas e bem ornamentadas, fascinavam os olhares deslumbrados dos homens e mulheres ansiosos por viverem a fantasia de ingressar num novo tempo histórico, sintonizado com as nações mais civilizadas.

Com isso, várias mulheres abandonaram antigas vestimentas⁴³, que as cobriam da cabeça aos pés, e passaram a circular com roupas que deixavam algumas partes do corpo à mostra. Surgia, a partir de então, tendências da moda europeia. O novo modelo de vida que estava sendo implantado no Brasil trazia uma maior exposição física, tanto de homens quanto de mulheres, principalmente em cidades que possuíam espaços públicos de lazer.

A sociedade era movida por questões ligadas diretamente ao capitalismo, ou seja, o dinheiro passou a ser cada vez mais valorizado e as relações em torno dele também. Assim, a comercialização do corpo da mulher tornou-se mais frequente:

(...) a comercialização sexual do corpo feminino se caracterizará como *prostituição*, segundo o conceito elaborado no século XIX, saturado de referências médico-policiais, e a figura da prostituta poderá ser estrategicamente redefinida, aparecendo como parâmetro de *limite* para o comportamento feminino no espaço urbano (RAGO, 2008, p.63, grifos da autora).

Em meio a isso, surgiram diversas mulheres dispostas a impor suas vontades, representando uma ameaça aos padrões sociais da época. As prostitutas ganharam maior visibilidade nesse período, pois passaram a representar essa mudança que estava ocorrendo, visto que não precisavam mais ficar privadas e escondidas. Elas frequentavam os mesmos lugares de sociabilidade que as mulheres de família, mas mantinham a distância umas das outras, não criando nenhum tipo de aproximação⁴⁴. Essas mulheres da vida chamavam a atenção dos homens por suas roupas e sua

⁴³Era o começo do fim da excitação provocada pela mão na luva; pelos cabelos com véus e chapéus; por pés recobertos com sapatos finos; pelo corpo submerso por toneladas de tecidos, só despido por ocasião de bailes, quando os decotes revelavam o verdadeiro desenho dos pescoços e ombros. (...) O corpo deixou de ter um papel secundário e ganhou em animação, em movimento. O lazer, graças aos teatros, festas públicas, feriados com sol e mar, incentivou outros jeitos de exhibir as formas" (DEL PRIORE, 2014, p.105).

⁴⁴ RAGO, 2008, p.40.

maneira de andar e agir, uma vez que não tinham vergonha de mostrar seus decotes e nem mesmo de despertar os olhares das pessoas, principalmente dos homens.

(...) a entrada em cena das mulheres de várias classes sociais nas fábricas, escritórios, escolas, comércio ou nos serviços de infraestrutura urbana ameaçava subverter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social, a figura da prostituta emergia como um poderoso *fantasma* no imaginário social (RAGO, 2008, p.42).

Mesmo com alguns setores da sociedade tentando impor regras para controle da sexualidade, tornava-se mais difícil inibir a sua presença no imaginário da população e, principalmente, dos jovens. Enquanto as moças tinham sua virgindade vigiada pela família, os rapazes começavam as práticas sexuais nos bordeis e cabarés da época. As profissionais do sexo lhes apresentavam as mais diversas formas de prazer, contribuindo para que eles pudessem saciar seus desejos e assim preservar a honra das moças e família com quem tivessem algum tipo de compromisso ou mesmo alguma forma de sentimento.

No século XIX, a sexualidade se dividiu. De um lado, o sexo legítimo da união legal. De outro, o sexo ilegítimo e clandestino das relações adulteras e da prostituição que se desenvolveram com o crescimento da cidade. (...) Bordel que tinha, então, duas funções: a iniciação dos jovens e o estímulo das pulsões da idade adulta, idade carente de um acréscimo de excitação (DEL PRIORE, 2014, p. 101).

Cuidar da boa saúde do corpo e preservar e controlar suas ações começou a ser a maior preocupação dos higienistas. Eles acreditavam que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram responsáveis pela proliferação de doenças, e que a medicina deveria se tornar uma das ferramentas de apoio para a organização das cidades, resultando-se num instrumento de planejamento urbano⁴⁵. Seria, nesse sentido, necessário afastar dos grandes centros urbanos os problemas relacionados à organização, assim como colocar esses problemas em locais periféricos⁴⁶. É o que ocorreu, muitas vezes, com a prostituição, a qual passou a ser controlada nos centros urbanos das grandes cidades e foi colocada para locais mais afastados.

⁴⁵MANSANERA; SILVA. 2000, p. 118.

⁴⁶PIZARRO, 2015, p. 322.

Vários homens frequentavam esses bordéis e casas noturnas, a fim de saciarem seus desejos, já que em casa as práticas sexuais ainda sofriam muitas restrições, por causa da Igreja⁴⁷. Outra coisa que favorecia a busca pelo prazer nesses lugares era, justamente, o descontentamento com as esposas, porque muitas mulheres, depois de casadas, paravam de cuidar de sua aparência; depois que tinham filhos, deixavam de cuidar de seus corpos, ficavam mal arrumadas, engordavam e muitas envelheciam precocemente, fazendo com que os maridos perdessem qualquer tipo de encantamento que existisse. Por isso, praticavam os atos sexuais apenas com intenção de ter mais filhos.

As proibições da Igreja traziam para a cabeça de homens e mulheres diversos fetiches e fantasias eróticas⁴⁸, que mesmo escondidos eram realizados com as próprias esposas. Vale ressaltar que, apesar de tentar sempre controlar a prática sexual, muitos casais não se importavam com as restrições impostas e cediam aos seus desejos, na busca pelo prazer.

O que precisa ser lembrado, também, é que durante anos os homens se valiam de sua autoridade como senhores – antes da abolição da escravidão – para obrigar as escravas a terem relações sexuais com eles. Mesmo depois do fim da escravidão, ainda tinham homens que procuravam essas mulheres libertas – que se tornavam, muitas vezes, prostitutas, devido à falta de condições a que foram submetidas – para saciar seus desejos. O erotismo que envolvia o corpo das mulatas era o principal atrativo para os homens, assim como Del Priore (2014, p. 30) descreve:

O riso de pérolas e corais, os olhos de jabuticaba, as negras franjas e a cor do buriti são os signos sedutores dessa fêmea que convida ao paladar, à degustação, ao tato. São elas as verdadeiras presas do desejo masculino, mulheres-caça, que o homem persegue e devora sexualmente. Morenice e robustez eram, então, padrões de erotismo velado e de beleza.

Essas relações dificilmente passavam do sentido de satisfação sexual. As mulheres negras e pobres raramente seriam tomadas como esposa por homens brancos de outras classes. Havia, ainda, na sociedade, uma divisão muito grande entre ricos e pobres, e uma diferenciação visível entre eles, principalmente entre as mulheres. Não diferente era a relação que existia entre os homens e as prostitutas, visto que por mais encantadoras que fossem não passavam de um objeto de

⁴⁷ PERROT, 2007, p.65.

⁴⁸ DEL PRIORE, 2014, p.101.

consumo, que poderia ser comprado para o uso enquanto houvesse o desejo, mas que poderia ser descartado sem nenhum sentimento de culpa.

Aos poucos, o encantamento que existia pelas mulatas ficou em segundo plano, e as prostitutas francesas tomam conta do imaginário masculino. Elas chegam ao Brasil no final do século XIX e passam a ser figuras frequentes nos lugares públicos. Tinham uma sensualidade diferente com total liberdade de comportamento e não se importavam em atrair olhares, por causa de suas roupas. Ela era considerada uma mulher mais sedutora e poderosa⁴⁹, uma ameaça aos costumes, às regras morais e ao modo de viver, da sociedade brasileira.

A prostituta substituiu a amante, no decorrer da história, pois tornou-se algo mais acessível na vida dos homens, que buscavam prazer fora do casamento. Elas não precisavam de atenção, nem mesmo de amor para satisfazer os desejos dos homens, enquanto as amantes tinham uma vinculação afetiva e, também, econômica direta, uma vez que eram sustentadas e criavam vínculos diretos.

A mulher, ao longo da história, sempre teve o poder de seduzir os homens, mesmo com todas as restrições que existiam, ela conseguia desenvolver maneiras de atrair os olhares masculinos, por onde passava. Com o passar do tempo, ela passou a se preocupar mais com sua imagem do que com seus afazeres do lar, ou mesmo com as coisas destinadas à alma. Esse fator contribuiu ainda mais para que o corpo feminino fosse envolvido e ligado diretamente ao prazer masculino.

⁴⁹ RAGO, 2008, p. 49.

4 PROSTITUIR-SE: OS CAMINHOS DO *METIER*

Durante o desenvolvimento deste trabalho, percebeu-se que as mulheres foram envolvidas em diversos processos de representação, simbolismo e, principalmente, de submissão às vontades masculinas. Neste capítulo, pretende-se dialogar sobre condições/motivações, que levaram mulheres a submeter-se à prostituição no Brasil, entre os anos de 1889 a 1930.

4.1 Mulheres prostitutas no Brasil durante a Primeira República

Atribuir uma identidade ou algo em comum para as mulheres que se tornaram prostitutas no início do Brasil republicano é algo quase impossível. Isso não tem nada a ver com questões relacionadas à raça, cor ou credo, é algo muito particular e que vai depender somente das condições e ou da vontade dessas mulheres.

Entre os anos de 1889 a 1930, o Brasil passou por uma série de mudanças, como viu-se anteriormente, as quais vão desde fatores políticos e econômicos a questões sociais. Sabe-se, ainda, que a mulher nessa sociedade buscou garantir sua maior participação na vida social e política, mesmo sofrendo discriminações e tendo sua figura associada com a prostituição ou com a desmoralização.

A industrialização do período fez com que a procura por mão de obra barata aumentasse a oferta de emprego. Assim, várias mulheres entraram nas fábricas dispostas a trabalhar, com o objetivo de ajudar no sustento de suas famílias e ou de conseguir uma maior liberdade financeira. As mulheres das classes mais populares fugiram dos padrões estabelecidos pela sociedade e criaram uma maneira própria de viver. Elas conseguiam ter uma maior autonomia em relação ao marido, pois circulavam pelas ruas atrás de emprego e utilizavam as praças das cidades para seus momentos de lazer. Nessa perspectiva, Soihet (1997, p. 367, grifo da autora) ressalta que:

Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligadas as suas condições concretas de existência. (...) Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*.

Como essas mulheres frequentavam a vida pública sem precisar ser acompanhadas de uma figura masculina, muitas vezes eram associadas às prostitutas das cidades. Vale a pena ressaltar que muitas mulheres, as quais tinham que sustentar suas famílias sozinhas, entravam para a prostituição como forma de garantir uma renda auxiliar.

Mesmo com toda a política higienista do século XIX, em relação ao controle sobre a prostituição e aos lugares destinados para mulheres que praticavam essa forma de trabalho, as autoridades não conseguiam ter um controle absoluto sobre as práticas sexuais desenvolvidas por elas. Muitas praticavam a prostituição na clandestinidade⁵⁰ e utilizavam suas casas para atender clientes ou mesmo becos e ruas com pouco movimento.

A expansão do comércio do prazer e a sofisticação crescente do mundo da prostituição provocaram reações moralistas entre setores diversificados da população. Ao lado dos chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes de vigilância do novo mundo. Logo mais, médicos, juristas e criminologistas tentaram unificar os esforços para definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer, o que, na verdade, quase nunca deu bons resultados (RAGO, 2008, p. 127).

Nesse contexto, encontram-se diferenças no mundo da prostituição: as prostitutas não eram uma “classe” homogênea. De um lado, havia mulheres que utilizavam a prostituição de forma clandestina, para garantir uma maior renda, pois necessitavam utilizá-la para seu sustento e de sua família. No outro lado, estavam aquelas que tinham a prostituição como uma profissão, que, além de gerar dinheiro e prazer, dava uma sensação de independência e controle sobre seu próprio corpo, diante de uma sociedade cheia de normas e regras sobre o sexo e sobre como as mulheres deveriam se comportar.

No final do século XIX e início do século XX, a prostituição no Brasil ganhou ainda mais força. Aos poucos, foram criados vários bordéis e estabelecimentos destinados à prostituição: “Nascia a zona do meretrício propriamente dita, com sua geografia – o centro da cidade-. E seus modos específicos de funcionamento: códigos, leis e práticas que configuravam uma cultura diferenciada (RAGO, 2008, p.196).

As chamadas zonas do meretrício começaram a se formar e foram responsáveis por atrair homens das mais diversas camadas sociais. Esses lugares

⁵⁰DEL PRIORE, 2014, p. 88.

criaram uma rede de sociabilidade que, segundo Rago (2008), mantinha uma série de personagens ligados diretamente com o fenômeno da prostituição.

Bordel era sinônimo de “rendez-vous”, “Maison-vous”, lupanar. Ali o deboche era espetáculo e o prazer, efêmero e pago. O bordel era o teatro onde se encenava o simulacro do eterno desejo, o espetáculo de uma transgressão protegida e controlada. Considerado por uns uma fábrica de fantasias eróticas e por outros uma cloaca onde se despejavam imundícies, o bordel foi o espaço em que os prazeres menos confessáveis afloravam escondidos de toda publicidade (DEL PRIORE, 2014, p.84-85, grifos da autora).

As meretrizes estrangeiras eram associadas à modernização, chegando ao Brasil no final do século XIX, e passaram a fazer parte do imaginário masculino, em se tratando de sexo. As francesas, principalmente, fizeram com que os homens ficassem fascinados por seus encantos, por isso eram consideradas muito mais perigosas do que as brasileiras, pois sabiam se portar em sociedade. Porém, ao mesmo tempo, utilizavam seus corpos para atrair olhares, com roupas sofisticadas, joias e adornos, a fim de atrair a curiosidade e o desejo dos homens de uma sociedade em plena transformação e com pouca instrução⁵¹.

Rebelde, independente e noturna, toda uma mitologia envolvia a “francesa” e a “polaca”, a estrangeira enfim, insistindo em seus múltiplos saberes e segredos. De fora, ela era capaz de lançar uma luminosidade nova sobre antigas práticas, arejando as relações sociais e sexuais e metamorfoseando o cotidiano monótono (RAGO, 2008, p.197, grifos da autora).

Entre as fontes pesquisadas, Del Priore (2014, p.85-86) faz uma diferenciação entre as prostitutas francesas, que seriam conhecidas como “*cocottes*”, e as polacas. O autor coloca que para ser considerada francesa não era necessário ter nascido na França, apenas frequentar espaços e clientes ricos; já as polacas eram as substitutas de mulatas e portuguesas e representavam a miséria, ou seja, eram produtos da exportação do tráfico internacional do sexo, que abasteciam os prostíbulos das grandes capitais.

⁵¹ “Invadindo o centro, as prostitutas procuravam exibir-se ostensivamente, como Marcelle d’Avreux, desfilando em carros abertos, expor o corpo ornamentado aos olhares curiosos nos espaços elegantes da vida boêmia, ou nas ruas ocupadas pelo baixo meretrício. Exibir-se como mercadoria significava ainda revelar o *status* social da meretriz, propagando-se” (RAGO, 2008, p. 96).

No Brasil a maioria das “francesas” trabalha em bordeis, *rendez-vous*, em prostíbulos “modernizados”, atendendo principalmente clientes da elite; as “polacas”, instaladas em pensões ou prostíbulos mais simples, servem setores das camadas médias e baixas da população, além de marinheiros nas cidades portuárias. Em geral, levam uma vida muito difícil. Estão sujeitas a maus-tratos e vivem sob a ameaça dos “rufiões” que detêm o poder sobre seus corpos em troca de não as entregar a polícia, por serem clandestinas no país, por não pagarem dívidas contraídas por ocasião da viagem ou pela hospedagem, ou outro “motivo” qualquer (BASSANEZI, 2012, p. 178-179, grifos da autora).

Com a chegada de diversos imigrantes estrangeiros ao Brasil, a partir de meados do século XIX, agravaram-se, ainda mais, os problemas relacionados à falta de emprego, nos grandes centros urbanos. Esses imigrantes eram associados a diversos problemas sociais, inclusive com o grande aumento da prostituição, como pode-se ver neste trecho da obra de Rago (2008, p.129): “Os estrangeiros eram, então, estigmatizados como portadores de hábitos devassos, disseminadores de novos tipos de doenças e ainda uma ameaça de subversão política”.

As mulheres imigrantes passaram a atuar nas mais diversificadas áreas da sociedade e ocuparam cargos nas indústrias e exerceram atividade em casa, como costurar, lavar, passar para fora, assim como ocuparam ofícios na área da saúde e demais setores⁵².

Sabe-se que muitas mulheres vieram ao Brasil destinadas a abastecer o mercado do sexo que existia; é o caso das francesas e polacas, como já se mencionou. Mas, várias mulheres que imigraram para o Brasil vinham atraídas pela possibilidade de terem uma vida melhor, com boas condições de moradia e alimentação. Porém, essas promessas feitas, ainda em seu país de origem, muitas vezes, não se concretizaram, uma vez que ficavam expostas às mais diversas humilhações. Muitas foram enganadas por homens ligados ao tráfico internacional de mulheres e quando chegaram ao Brasil não tiveram nenhuma opção a não ser se prostituir.

A prostituição de luxo buscava atrair homens da elite burguesa e com bastante dinheiro, bem como figuras públicas e estudantes, passando a se concentrar em áreas centrais e comerciais da cidade. Assim, espalhou-se por bares, cafés-concerto, cabarés, teatros e cinemas⁵³. Aos poucos, grandes centros de cidades brasileiras aproximaram-se dos padrões franceses de sofisticação, relacionados à prostituição.

⁵² BASSANEZI, 2012, p.179.

⁵³ RAGO, 2008, p.95.

Por mais que a prostituição possa ser pensada como uma fuga à miséria social, no Brasil, nesse período, não tem como associar a prostituição que acontecia nesses locais de luxo com a prostituição dos becos e ruas mais populares. Há, entre esses dois espaços, um forte abismo: a prostituição de luxo foi algo vivido por mulheres com instrução, que tinham seu corpo coberto por roupas e joias e que abusavam das maquiagens, mostrando serem uma figura moderna, bem à frente da sociedade brasileira.

Já a prostituição que ocorreu de forma mais clandestina, em que as mulheres vendiam seu corpo para garantir seu sustento, teve como principal ferramenta o próprio corpo, sem grandes enfeites. Desse modo, deixavam pernas e seios à mostra, para que os homens fossem atraídos; também, não tinham casas nem quartos luxuosos para as práticas sexuais e esperavam seus clientes encostadas nas paredes ou debruçadas nas janelas das casas baixas e insalubres que tinham como iluminação uma luz vermelha⁵⁴. Muitas vezes, o sexo era praticado em becos escuros, na maior demonstração de “selvageria”, e totalmente desprovido de qualquer tipo de vergonha ou pudor.

As prostitutas consideradas de luxo representavam a figura da mulher liberta de todas as regras impostas pela sociedade e pela Igreja Católica. Elas não precisavam se preocupar com questões morais, nem mesmo em construir uma família e gerar filhos. Mesmo com toda a má fama que espalhavam sobre as prostitutas na sociedade, elas mexiam, também, com o imaginário de muitas mulheres que não vislumbravam a vida familiar para seu futuro.

Em volta desse mundo da prostituição, existia um forte mercado consumista, que se expandiu e se transformou em uma indústria altamente lucrativa, principalmente com a figura da prostituta francesa, a qual possibilitou a modernização em volta das questões relacionadas à prostituição, fazendo com que esse mundo se sofisticasse cada dia mais⁵⁵.

A crescente falta de emprego nas cidades e o seu grande aumento populacional, após a proclamação da república e o fim da escravidão, não deixaram muitas alternativas para diversas mulheres, que se viram obrigadas a vender seu próprio corpo como mercadoria. Segundo Engel (1989, p.25), “A prostituição

⁵⁴DEL PRIORE, 2014, p. 89.

⁵⁵ RAGO, 2008, p.118-119.

permanecia assim, como uma alternativa importante de sobrevivência para a mulher, oferecendo em alguns casos a possibilidade de ganhos mais expressivos”.

No Brasil, durante o período da Primeira República, existiram diversos tipos de preconceito sobre os cargos que as mulheres poderiam ocupar no mercado de trabalho. Acreditava-se que a mulher era inferior ao homem, não conseguindo desenvolver as mesmas atividades que ele e nem mesmo tinham o direito de receber o mesmo salário.

Sabe-se que a prostituição é uma prática que se difundiu no Brasil desde o princípio de sua colonização, era uma forma de sobrevivência, diante da miséria generalizada em que a colônia se transformou. Conforme Figueiredo (1997, p.155), “chegaram a admitir que a prostituição era uma espécie de expressão tipicamente feminina da pobreza e miséria social, sendo que a vadiagem e a criminalidade representavam seu contraponto masculino”. Sendo assim, nesse período, muitas vezes, a prostituição era um complemento financeiro para mulheres que praticavam o comércio ambulante, principalmente das escravas, em algumas cidades. Nessa perspectiva, Rago (1987, p.109, grifo da autora) afirma que “ao contrário do que dizem os médicos burgueses, a “vocação para a prostituição” não nasce de instinto natural, mas prov m de um problema econ mico”.

A mulher que passasse a se prostituir, na sociedade retratada, era vista por todos como uma pessoa preguiçosa, que gostava de ganhar a vida facilmente, sem precisar trabalhar. Assim, são associadas características que as faziam ser “diferentes” das outras mulheres da sociedade – mulheres de família. As prostitutas eram consideradas mentirosas, devassas, burras e ignorantes e, principalmente, destituídas de senso moral, capazes de se entregar aos mais diversos desejos carnavais⁵⁶.

A prostituta era destituída de qualquer sentimento emocional, não era propensa a amar, por ser julgada uma mulher pública; também, não se contentava em viver apenas com um homem, por isso a prática sexual, para elas, não tinha nenhum tipo de importância e nem mesmo estava associada com sentimentos. Elas vislumbravam apenas garantir o dinheiro e tudo mais que a venda de seu corpo pudesse lhe proporcionar.

⁵⁶ RAGO, 1987, p. 89.

A ameaça que elas representavam para uma sociedade cheia de regras morais fez com que as políticas públicas se voltassem, cada vez mais, para elas, na tentativa de controlar o acesso na sociedade. Então, foi criado um “ideal de puta”, que, segundo Rago (1987), seria aquela que cumpre seus deveres profissionais sem sentir prazer e sem gostar da atividade sexual. Todos os estabelecimentos destinados à prostituição deviam receber um registro policial, onde eram controlados e vigiados pelas autoridades; esses estabelecimentos teriam que se instalar longe de escolas e igrejas⁵⁷.

Nos espaços públicos de diversão, o regulamento propunha recato e silêncio às meretrizes pobres. Valorizava-se o ideal da mulher doméstica, contida, que não exprime suas emoções, que controla suas pulsões corporais e desejo. A prostituta era então reificada pelos investimentos estratégicos de poder no controle de sua aparência quanto nas relações sexuais com os fregueses (RAGO, 2008, p.136).

Mesmo existindo todo o controle e vigilância nesses espaços, muitos deles passavam despercebidos pelas autoridades ou funcionavam na clandestinidade. Eles, muitas vezes, apresentavam péssimas condições de higiene e nenhum tipo de sofisticação ou luxo, bem como recebiam clientes de todos os tipos sociais, os quais vinham atraídos pelos valores bem mais inferiores do que os bordéis ou prostíbulos, os quais eram regulamentados. As mulheres que trabalhavam nesses ambientes tinham que se submeter a todos os tipos de situações, inclusive diversos tipos de doenças.

Por mais que as autoridades brasileiras investissem em leis, para regular a prostituição e limitar seu espaço de atuação na sociedade, essas iniciativas não conseguiram dar conta de controlar o mercado destinado ao sexo e aos prazeres da carne. Cada dia mais, diversas mulheres eram atraídas para trabalhar em bordéis e/ou prostíbulos. Elas viam na vida “fácil” uma saída, em meio a diversas dificuldades que perpassaram na Primeira República e se prolongaram até os dias atuais, onde ainda existe muito preconceito e falta de espaço para mulheres que desenvolvem atividades no mundo profissional do corpo.

⁵⁷RAGO, 1987, p. 92.

4.2 Prostituição: trajetórias de mulheres

Muitas mulheres conseguiram, com o passar dos anos, ganhar espaço na sociedade e escrever sua própria história e, a partir daí, mostrar o que estava escondido; assim como trazer para o conhecimento da sociedade suas histórias mais íntimas e que demonstram como elas conseguiam, mesmo com todas as dificuldades encontradas, ter vida própria.

As damas do cabaré, as mulheres da vida, as rainhas da noite, as que se chamam rua, aparecem na literatura acadêmica que falam sobre elas, ora como mulheres de vida fácil, aquelas que se afastam do trabalho digno e do lar. Ora como vítimas, aquelas que foram empurradas para o submundo do meretrício. Mas essa história está sendo reescrita através das reflexões coletivas destas mulheres sobre seu próprio trabalho. Organizadas, descrevem como produto que comercializam algo que transcende o que historicamente se convencionou a ser a venda de corpos, elas afirmam que vendem fantasias (LIMA, 2011, p. 54).

Com isso, pode-se ter a possibilidade de conhecer trajetórias de mulheres no mundo da prostituição. Segundo Rago (2008, p.27), “A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios de desejo”. Mas, o que seria essa libertação?

Como viu-se anteriormente, mulheres de família, que prezassem por sua reputação e honra, jamais saíam às ruas desacompanhadas ou em horários considerados impróprios. Os lugares que podiam frequentar eram as igrejas e os salões de festas da comunidade, onde passavam o tempo todo sendo vigiadas por seus pais ou algum parente mais velho.

Com o processo de modernização, que seguiu padrões europeus e, principalmente, franceses, a sociedade brasileira pôde presenciar uma série de mudanças, mas a maior delas foi, sem dúvidas, no que diz respeito à mentalidade das pessoas.

As transformações ocorridas na sociedade a partir do surgimento de novas formas de se relacionar – seja pelo surgimento dos bondes, chegada da luz elétrica, consolidação da imprensa, aparecimento da fotografia e do cinema – levou a uma metamorfose das mulheres e das expectativas a seu respeito. O processo de urbanização vivido trouxe também o nascimento de uma nova mulher, a burguesa, que consigo carregava uma nova mentalidade, reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas (SCHERER, 2010, p. 6-7).

No Brasil, durante as primeiras décadas da República, várias mulheres contestaram sua condição de inferioridade, diante dos homens, e seu papel de submissão imposto por setores da sociedade, onde ser mulher significava ser submissa às vontades e desmandos dos pais e maridos e contentar-se em ter uma vida voltada ao lar e à família, bem como seguir as regras impostas pela Igreja Católica. Regras estas que eram de controlar suas vontades sexuais e praticar o sexo somente após o casamento, não demonstrando nenhuma forma de prazer e acreditando que aquele ato era apenas para a reprodução. Por isso, se seu marido desejasse ter prazer com o sexo teria que procurá-lo fora de casa.

A dupla moral entre homens e mulheres, bem como a polarização moral entre as próprias mulheres são traços culturais no Brasil desde a época da colonização. A história das mulheres no Brasil é marcada pela transversalidade de relações sociais de sexo/classe/raça/etnia/geração (LIMA, 2011, p.35).

Nesse contexto, além de serem oprimidas e viverem à mercê dos desmandos, tanto da Igreja Católica quanto dos maridos, as mulheres desse período ainda deveriam aceitar a humilhação ao serem traídas por seus maridos, que possuíam amantes ou passavam por muitas noites fora de casa divertindo-se em prostíbulos ou bordéis.

Em meio a isso, é que aparece a vontade de muitas mulheres de quebrar essas regras e de se libertar das barreiras impostas em suas vidas. A prostituição aparece nesse contexto como uma possibilidade de garantir o seu sustento e, também, de romper com todas as regras. Usar o corpo como principal produto de venda era algo totalmente condenado, assim como ressalta Rago (2008, p.248):

Fantasia ou realidade, essa imaginação feminina expressa a noção de que a prostituição é um espaço de libertação física e moral da mulher, linha de fuga por onde é possível construir novos territórios afetivos e dar vazão aos seus instintos libidinais reprimidos na vida conjugal ou na ausência desta. Mais do que o adultério, a comercialização do corpo significaria a possibilidade de dispor-se ao acaso dos encontros regidos pela troca no mercado, de vivenciar a vertigem da aventura no desconhecido campo da sexualidade e de experimentar o êxtase que a ausência de vínculos anteriores entre os sexos proporcionaria.

Pode-se relacionar a chegada de diversas prostitutas francesas com o aumento da procura das mulheres brasileiras de classes mais favorecidas pelo mundo da prostituição. Essas novas meretrizes, que passaram a circular pelas ruas

demonstraram serem mulheres modernas, utilizam maquiagens e roupas as quais realçam ainda mais sua beleza. Assim, atraíam os olhares dos homens e representavam a chegada de um novo universo ao mundo do sexo, pois eram envolvidas por um erotismo, que faziam muitas moças de família sonharem em ser como elas.

Essas moças veem seus desejos sendo despertados e sua feminilidade precisando ser mostrada sem nenhuma forma de repressão. Elas sonhavam ser iguais às prostitutas francesas e poder viver assim como elas: “A sensualidade feminina, a forte manifestação do instinto sexual leva a moça a aceitar uma condição marginal que, evidentemente, contraria os princípios segundo foi educada” (RAGO, 2008, p. 253).

Quando optavam pela vida estabelecida pela prostituição, essas mulheres tinham que passar por uma série de mudanças, tanto as das classes menos favorecidas como as com maiores condições, visto que era necessário abandonar seus sobrenomes, a fim de acabar com qualquer vínculo que as ligasse à família; também, precisavam criar um novo nome e mudar a cor do cabelo. Segundo Rago (2008), essas mulheres passavam por uma “metamorfose”. Para as famílias, era um desgosto imenso ter uma filha que optou por abandonar as regras tradicionais e virar “mulher da vida”. Como consequência, muitas vezes, as relações entre eles eram rompidas por completo.

É evidente que a liberdade obtida a partir da prostituição tinha, também, seu lado opressor, que limitava essas mulheres como imorais e preguiçosas. Elas sofriam diversas recriminações e precisavam ser controladas todo tempo pelas autoridades, assim como viam outras mulheres a cochichar e desviar delas, quando se encontravam nas ruas. Apesar disso, eram alvo de inveja, pois embora todo o desgosto moral que sofriam, conseguiam desfrutar de diversos prazeres proporcionados pela vida que optaram por ter.

As expressões “mulher de vida fácil”, “vagabundas”, cumprem a finalidade de não identificar a prostituição como uma atividade laborativa, mas como algo prazeroso, realizada por aquelas que são preguiçosas e que fogem da vida regrada e da disciplina do lar (LIMA, 2011, p. 41, grifos da autora).

Agora, pensando na prostituição como uma das únicas alternativas para muitas mulheres fugirem da pobreza extrema e conseguirem dinheiro para o sustento da

família, precisa-se identificar se esse era realmente o motivo que levou muitas mulheres pobres a se prostituírem.

Como já foi abordado, a inserção da mulher no mundo do trabalho se deu de maneira lenta e gradual, pois, mesmo elas desenvolvendo jornadas de trabalho bem maiores que as dos homens e praticando as mesmas funções dentro das indústrias, tinham um salário muito inferior ao deles. Muitas pessoas foram atraídas para as grandes cidades pela oferta de emprego, mas isso gerou uma grande taxa de desempregados e um aumento muito grande da marginalização nos centros urbanos. A população pobre foi obrigada a procurar abrigo em cortiços e vilas, em cidades como o Rio de Janeiro, e eles foram subindo os morros e construindo casas.

Mesmo as mulheres tentando garantir sua sobrevivência, realizando trabalhos para fora como costureiras, lavadeiras, faxineiras, entre outras atividades, muitas vezes não conseguiam o suficiente para ajudar em casa e acabavam se prostituindo. É importante observar que muitas mulheres dessa época, que trabalhavam fora de casa, eram vistas como prostitutas, mesmo que nunca tivessem nem pensado nessa possibilidade.

Se, por um lado, havia um forte discurso de que as mulheres pobres eram arrastadas à prostituição em consequência das suas péssimas condições de vida, por outro lado, mesmo quando elas exerciam outros ofícios para garantir a sua sobrevivência, estavam sujeitas ao estigma dispensado às meretrizes, seja por serem consideradas vítimas em potencial de seus superiores hierárquicos nas fábricas e ateliers, ou por serem acusadas de se insinuarem a clientes ao trabalharem no comércio. Em todos os casos apresentados, fica evidente a compreensão, por parte desses médicos, de que as mulheres pobres tinham poucas – ou nenhuma – chances de traçar seus destinos, escolher pelo trabalho o que melhor lhes convinha e decidir com quem se relacionar (MENDONÇA, 2014, p. 36).

Muitas jovens de famílias pobres eram atraídas à prostituição com promessas de conseguirem dinheiro fácil e uma vida melhor, para si mesmo e para suas famílias. Essas jovens eram levadas aos prostíbulos, onde ficavam à mercê de seus aliciadores. Grande parte das promessas realizadas por eles não eram cumpridas, e sofriam com maus tratos e com a violência, visto que muitos clientes se acham no direito de abusar delas, pois eram consideradas uma mercadoria, e eles pagavam para terem aquilo que quisessem. Mendonça (2014), em sua dissertação de mestrado, salienta que a miséria se tornava um fator determinante para que muitas mulheres passassem a se prostituir:

A miséria da população era considerada um fator determinante para que as moças tivessem um fim como este. O médico Ângelo Godinho não culpava a mulher pela situação “degradante” que ela vivia, tendo que vender seu corpo para sustentar os filhos. As análises feitas eram de que existiam poucas chances de uma moça pobre escapar a esta sorte tendo sido criada em cubículos, presenciando o sexo “bestial” dos pais, brincando nas ruas, ouvindo palavras de baixo calão e crescendo sem dimensionar o valor que a virgindade feminina tinha para a sociedade em que ela vivia (MENDONÇA, 2014, p. 35).

Outro ponto que precisa ser levantado é a grande quantidade de clientes que as mulheres dos prostíbulos tinham que atender; diferentemente da prostituição de luxo, que tinha todo um processo de divertimento entre o cliente e a prostituta. Ali, o que realmente importava era o sexo, suas vontades eram deixadas de lado, sendo elas obrigadas a cumprir suas tarefas de maneira satisfatória, saciando os desejos dos clientes.

No baixo meretrício, a rotatividade muito mais acelerada dos corpos implicava encontros sexuais mais rápidos e diretos. As meretrizes deviam atender a uma quantidade maior de fregueses e, como recordam os contemporâneos, não havia muito tempo para música, jogos ou conversa (RAGO, 2008, p.261).

Além disso, a clientela desses locais eram as mais diversas, e as prostitutas que trabalhavam ali não tinham a opção de escolher seus clientes. Eram obrigadas a aceitar o que viesse, pois necessitavam do dinheiro para pagar as proprietárias e, também, garantir um pouco para seu próprio sustento. Por ser um local bem mais acessível que os bordéis sofisticados, os prostíbulos atraíam diversos tipos de clientes, desde os mais agradáveis até os bêbados, os ladrões, os vagabundos e os homens violentos e desequilibrados. Esse tipo de acessibilidade deixava essas mulheres expostas às mais diversas formas de violência, tanto física quanto moral.⁵⁸

Será que existia somente estes dois pontos ligados à prostituição: liberdade e necessidade? Ou é possível identificar outras ligações recorrentes às questões sobre a prostituição?

Apesar de a prostituição ser associada a problemas sociais e de organização, não se pode limitar a entrada de mulheres para esta vida como sendo apenas uma forma de quebrar regras, garantir uma liberdade e controlar seu corpo, nem mesmo de colocar a prostituição como a única alternativa na vida de muitas mulheres, para garantir seu sustento.

⁵⁸RAGO, 2008, p. 261.

Historicamente, a prostituição se constitui como um espaço insalubre para as mulheres, o que exige na verdade duas linhas de frente de intervenção ao nosso ver: o acesso a qualificação profissional e ao ensino que lhes possibilite ter escolhas, além da prostituição; e a regulamentação da prostituição como profissão, que garanta os direitos das mulheres que comercializam os serviços sexuais (LIMA, 2011, p.53).

Encontram-se diversos estudos que demonstram que a prostituição é, sim, uma alternativa, para muitas mulheres, de garantir seu sustento e ter vida própria, sem depender de outras pessoas. Porém, mesmo muitas mulheres entrando para esse mundo com a ideia de ser algo provisório, elas acabam gostando ou se acostumando com as condições apresentadas pela prostituição.

Muitas delas encontram na prostituição uma satisfação própria, são mulheres que colocam o sexo como prazeroso e que, associado ao pagamento, torna-se uma profissão que traz satisfação para elas. Não cabe, aqui, um julgamento de valores, bem pelo contrário, pode-se, por meio de as pesquisas, perceber o grande abismo que existe nas questões relacionadas com a prostituição, não apenas feminina, mas também masculina.

Notamos que nos dias de hoje, o exercício da sexualidade vem sendo transformado, agregando novos valores, por meio de lutas de alguns grupos interessados em desvencilharem-se do senso comum e tratarem com maior rigor científico o sexo, desapegando-se dos discursos míticos e preconceituosos, a exemplo, temos a Revolução Sexual da década de 1960 que dentre outras conquistas, traz a descoberta e disseminação da pílula anticoncepcional seria uma tentativa de exercer uma vida sexual mais livre, sem que necessariamente houvesse a necessidade de procriação (PRADO, 2016, p. 34).

Mesmo com as mudanças sociais que ocorreram com o passar dos séculos, pensar na prostituição em nossa sociedade atual é difícil para muitas pessoas, pois não conseguem se desprender dos estigmas associados a ela e nem pensar como uma profissão desejada por muitas mulheres.

No entanto, ainda ao depararmos com a temática da prostituição, o enfretamento ainda está distante do sentimento de naturalidade. Ainda é um assunto que nos causa estranheza, desconforto, mesmo convivendo com ela desde o início dos tempos. A prostituição para muitos de nós, que talvez por carregar o estigma de atividade imoral e machista, cause-nos tamanha estranheza e leve-nos a ignorar o fato, de que se trata apenas de exercer o sexo livre e com objetivos pré-estabelecidos pelos envolvidos (PRADO, 2016, p. 14).

Ao observar-se as formas de prostituição e seus desdobramentos, percebe-se que muitas mulheres permaneciam na prostituição por opção e que mesmo tendo oportunidades para desempenhar outras atividades, que mudariam seu modo de viver, não queriam essa mudança. Muitas vezes, ser “puta” era uma questão de gostar e não apenas uma condição.

Atualmente, se as mulheres que exercem a prostituição como uma atividade profissional forem questionadas, possivelmente, muitas delas, colocariam a prostituição como uma escolha, desvinculando-a das associações realizadas com a falta de opção e/ou oportunidades. Mesmo assim, pode-se observar que elas têm uma maior liberdade de escolha, por serem responsáveis pelo controle de seus corpos e de sua vida, diferentemente das mulheres que tinham essa profissão entre os anos de 1889-1930, no Brasil. Ainda, pôde-se encontrar a prostituição como uma forma de sair do ambiente familiar a que estavam associadas, ambiente este que, muitas vezes, era insatisfatório.

Dentro das próprias famílias existe um processo de exclusão diante da realidade que se apresenta, inclusive com rupturas nas relações de confiança, respeito e afeto. O sentimento que surge por não pertencer ao núcleo familiar faz surgir um grande anseio pela busca de uma identidade, que não consegue mais se ter em suas relações (BOTELHO, 2003 *apud* CORRÊA; HOLANDA. 2012, p. 432).

Durante todas as etapas da vida humana, há uma busca constante de criar, para suas vidas, um sentido, que possibilite uma maneira mais eficaz de se sentir completo. A prostituição, conforme Corrêa e Holanda (2012, p. 427), pode ser estudada como uma busca de sentido para a vida das mulheres. “Sendo assim, partimos da hipótese que a prostituição, para muitas mulheres, além de ser um meio de sobrevivência, é também um meio de se buscar um sentido para a vida”. Toda mulher, em seu interior, tem a necessidade de se sentir completa, ou seja, ela busca constantemente realizações, como se sentir desejada, por exemplo.

Acredita-se que cada mulher tem um objetivo específico para entrar no mundo da prostituição, mas, para isso, ela também precisa se encaixar em estereótipos de beleza impostos pela sociedade e que vão, com o decorrer dos anos, sendo cada vez mais exigentes: “Para continuar no mercado, as mulheres precisam se diferenciar em seus atributos físicos e sociais. Sendo assim, o culto à beleza e a preocupação com

os modismos fazem parte do cotidiano dessas mulheres” (CORRÊA; HOLANDA. 2012, p.430).

Pensar a prostituição como uma maneira de se sentir amada pode parecer estranho, mas toda a fantasia que envolvia o mundo da prostituição e as mulheres as quais atuavam nele possibilita que essa hipótese possa ser considerada:

Sendo assim, muitas vezes esse envolvimento afetivo com os clientes, numa relação marcada por sexo, carinhos e afetos, é representado não somente pelo fator sobrevivência, mas por uma vontade de amar e ser amada (CORRÊA; HOLANDA. 2012, p.433).

Além do desejo de amar e ser amada, muitas mulheres consideram a prostituição algo transitório, não algo desejado para se exercer a vida toda, mas apenas uma forma de ganhar dinheiro, aliada a outros prazeres e possibilitando o encontro com diversos homens “além de buscar o pagamento, almejam o prazer sexual, que muitas vezes é obtido e por onde ocorrem momentos de afeto, amizade e companheirismo entre a prostituta e seu cliente” (CORRÊA; HOLANDA. 2012, p. 431).

A temática abordada neste capítulo possibilitou dialogar sobre possíveis motivos que levaram mulheres a se dedicar à prostituição, durante a Primeira República brasileira. Percebeu-se que, dentre esses, destacam-se: uma forma de sobrevivência econômica, insatisfação com a família, liberdade e controle sobre o próprio corpo, busca por status social, maneira de sentir-se amada, entre outros. É importante destacar que existia e existe na prática da prostituição uma série de fatores que acompanham o seu cotidiano e que não são explorados neste trabalho. Portanto, mostra-se como um campo fértil de estudo, tanto na história, na psicologia, como em outras áreas.

CONCLUSÃO

Durante este trabalho, buscou-se conhecer o simbolismo que envolvia o corpo feminino e as suas ligações com a prostituição feminina, no Brasil, fazendo um recorte temporal, durante o período conhecido como Primeira República (1889-1930). Procurou-se, por meio de uma análise bibliográfica, trazer as mais diversas informações, a fim de contribuir para a realização de um diálogo acerca do tema.

O Brasil do final do século XIX e início do século XX apresentava uma série de mudanças, principalmente por causa da troca de governo, que deixou de ser governado por um sistema monárquico e passou para um sistema republicano. Essa nova forma de governo trazia para a população a possibilidade de uma maior participação nas escolhas políticas, ou seja, queriam ter vez e voz, diante das decisões sobre o futuro do país. Mas, como pode-se perceber, isso não aconteceu. A população pobre e a grande massa analfabeta que existia continuou excluída, adquiriu poucos direitos e não teve a oportunidade de participar das escolhas políticas que eram realizadas; enquanto isso, o poder sobre as decisões do país continuou na mão dos mais poderosos.

No âmbito social, houve poucas mudanças significativas, visto que as que ocorreram estavam relacionadas ao modo de viver. Assim, a cidade passou a ser remodelada, ou seja, ganhou novos lugares de sociabilidade, casas mais sofisticadas, centros urbanos mais organizados, construção de ruas mais largas e avenidas, tudo aos moldes franceses, associando, assim, o país com a modernização.

A Igreja Católica continuou muito presente na vida das pessoas, regulando suas vidas e controlando qualquer desvio que pudessem ser cometidos. As mulheres ganharam uma maior visibilidade, por serem permitidas a circular nesses novos locais de sociabilidade, mesmo que necessitassem, ainda, saírem acompanhadas. Na vida familiar, a mulher continuava o seu papel de mãe, esposa e administradora do lar, uma vez que poucas delas possuíam empregos fora de casa, apenas as mais pobres e de classes mais baixas é que precisavam trabalhar, para contribuir com as despesas de seu lar.

A industrialização contribuiu para que as mulheres passassem a trabalhar e circular de forma mais livre nos locais públicos, mas percebe-se que, apesar de muitas delas realizarem as mesmas atividades desenvolvidas por homens, muitas vezes de

forma superior a eles, seu trabalho não era valorizado e a remuneração paga era bem abaixo dos valores pagos para os homens.

Os estudos sobre o corpo reforçam a ideia de que ele é utilizado, no decorrer da história, como algo a ser construído pela sociedade e utilizado a seu favor. Moralizar e esconder o corpo eram os principais objetivos dos setores que administravam a sociedade, principalmente no que diz respeito ao corpo feminino, o qual era todo envolvido por um erotismo capaz de desvirtuar os “homens do bem” do caminho certo, traçado pela Igreja Católica.

As relações entre homens e mulheres eram baseadas por representações e simbolismos, posto que a mulher era envolvida por diversos simbolismos que ditavam regras e padrões a serem seguidos por elas. Nesse sentido, cada vez mais, a mulher tinha sua sexualidade reprimida e seu corpo precisava ser coberto, para que não atraísse olhares masculinos que pudessem resultar no pecado. O sexo realizado pelo casal deveria ser voltado apenas à procriação familiar, pois não deveria existir prazer e nem mesmo poderia ser realizado em datas não permitidas pela Igreja Católica.

Associada à Igreja Católica, uma corrente de médicos e higienistas passaram a regular as práticas sexuais e as ações desenvolvidas pelas mulheres. Essas ideias higienistas regulamentavam as relações das pessoas, associavam o sexo sem controle realizado pelas prostitutas e seus clientes a proliferação de doenças como a sífilis, bem como acreditavam ser necessário limpar os centros urbanos das ameaças de doenças.

A comercialização do corpo feminino passou a ser mais frequente, por isso foram criados espaços voltados justamente para atender essa demanda – bordéis, cabarés, zonas do meretrício, entre outros –, abrangendo, assim, as mais diversas classes sociais e um maior número de frequentadores.

Durante a pesquisa, percebeu-se a existência da grande diversidade que envolvia o mundo da prostituição, ou seja, não se conseguiu classificar as mulheres prostitutas por uma classe ou característica, no período retratado. Porém, encontrou-se, relacionadas ao mundo da prostituição, mulheres francesas, mulheres conhecidas como polacas, mulheres brancas, mulheres negras, mulheres de origem indígena e, também, mulheres imigrantes.

Nesse mundo relacionado com a venda do corpo feminino, encontra-se a prostituição dita de luxo, aquela voltada aos grandes cabarés com espetáculos luxuosos, a qual tinha a prostituta francesa como principal personagem; do outro lado,

a prostituição realizada em becos e ruas mais populares – muitas vezes, esse tipo de prostituição era praticado na clandestinidade – ou, até mesmo, em bordéis com condições de higiene muito precárias.

A prostituição, sem dúvidas, mexeu com o imaginário social, principalmente das mulheres, pois as prostitutas de luxo exibiam-se em locais públicos, com todo um *glamour*, diferente do que as mulheres brasileiras estavam acostumadas a ver. Elas atraíam olhares, despertavam desejos e representavam um papel distinto das demais. Muitas vezes, essa impressão de liberdade que as francesas demonstravam foi o que atraiu algumas mulheres à prostituição.

Percebeu-se que a prostituição rompia os valores morais, e as mulheres que optaram por entrar para essa vida tinham que deixar para trás todos os vínculos que existiam com sua família, visto que abandonavam seus nomes e tudo que pudesse ligá-las ao seu passado, para assumir assim uma nova identidade.

Mas, quais os motivos dessas mulheres entrarem para a prostituição, ainda mais sendo esse um grupo tão distinto e com tantas diferenças? Mesmo por meio das pesquisas bibliográficas realizadas, não se chegou a um ponto comum, que pudesse responder essa pergunta. Conseguiu-se fazer apontamentos de alguns motivos, mas que não poderão ser generalizados.

A prostituição foi, sem dúvidas, utilizada por muitas mulheres como uma forma de rompimento das regras, que foi uma maneira de se sentir dona de seu próprio corpo, sem precisar aprisionar-se em um casamento, no qual as colocariam como submissas aos maridos e destinadas a obedecer. Porém, essa liberdade idealizada não conseguiu ser alcançada, pois a prostituição fazia com que elas ficassem dependentes de seus clientes e do dinheiro pago por seus serviços. Então, não alcançaram uma autonomia, pois ainda estavam atreladas à dependência da figura masculina, mesmo que demonstrassem serem livres socialmente estavam presas à condição que a prostituição as colocava: como uma mercadoria.

Dando continuidade à pesquisa, foi possível perceber que a prostituição, no Brasil, muitas vezes, foi uma saída encontrada por diversas mulheres para conseguir uma fonte de renda. Muitas delas viam a prostituição como uma alternativa de sobrevivência, em uma sociedade que valorizava muito pouco as atividades desempenhadas pelas mulheres. Mesmo assim, não se pode ligar a prostituição, unicamente, como uma consequência da falta de oportunidade para as mulheres, pois nem todas as pobres, que precisavam trabalhar, escolhiam o caminho da prostituição.

Outro ponto que precisa ser lembrado é que a prostituição colocava a mulher como mercadoria, pois quem pagava por seus serviços exigia que ela se sujeitasse às suas vontades. Caso a mulher recusasse a atender seus desejos, muitos desses homens se tornavam agressivos. Muitos casos de violência contra as prostitutas são relatados, sem contar que elas estavam à mercê das mais diversas doenças e da gravidez indesejada por não existir, nessa época, preservativos e nem métodos contraceptivos.

Para escapar do estigma de “puta”, mulher preguiçosa de vida fácil, várias mulheres preferiam enfrentar condições desumanas de trabalho nas indústrias ou trabalhar como empregadas nas casas de famílias ricas e com posses do que ter que se sujeitar à prostituição e a tudo que pudesse ser relacionado a ela.

Ainda, no decorrer deste estudo, encontrou-se mulheres que entraram para o mundo da prostituição não por quererem romper com as regras, nem mesmo por uma necessidade de dinheiro, mas sim por gostar das relações sexuais, ainda mais quando essas associavam algo que elas gostavam de fazer com o pagamento por esse serviço.

Existiam aquelas que viam a prostituição como uma possibilidade de se sentir desejada e de buscar, por meio do prazer e do sexo, algo que se ligasse ou viesse a se tornar amor. Outras estavam insatisfeitas com suas vidas e famílias e acreditavam que a prostituição e tudo que envolvia esse mundo atrativo poderiam vir a lhes dar uma grande satisfação pessoal e um distanciamento da família.

Sem falsos moralismos, pensar na prostituição como uma prática prazerosa causa espanto, mesmo na sociedade atual, que coloca o respeito e a liberdade de escolha como uma das principais bandeiras.

Portanto, o assunto “prostituição” não se esgota com essa pesquisa, acerca dela surgem diversos outros questionamentos. Percebe-se que esse assunto está sendo cada vez mais estudado, fazendo com que questões escondidas e apagadas da história, anteriormente, passem a ser abordadas por diferentes áreas, sob diferentes olhares, ampliando, assim, o diálogo sobre a prostituição e o simbolismo ligado ao corpo feminino.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Intervenções urbanas e aspirações de modernização. - Campanha/MG (1890-1830). *In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015*. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439840177_ARQUIVO_Intervencoesurbanaseaspiracoesdemodernizacao.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. *In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45 - 77.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de Pesquisa em História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. A Nova História Cultural - considerações sobre seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n.16, p. 38-63, 1º semestre. 2011.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 169 – 193.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.
- _____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, J. M. F. Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social. *In: ÂNGELO, A. et al. A prostituição em debate*. São Paulo: Paulinas, 1982. p.59-76.
- CAPITALISMO. *In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012. p. 86 - 87.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Defel, 1988.
- _____. Uma trajetória intelectual: livros leituras. Literaturas. *In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Roger Chartier - A força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Agros, 2011. p. 21 - 54.
- CORONEALISMO. *In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012. p. 125.
- CORRÊA, Willian Henrique, HOLANDA, Adriano Furtado. *Prostituição e sentido de vida: relações de significado*. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 427-435,

set./dez. 2012. Disponível em <www.scielo.br/pdf/pusf/v17n3/09.pdf>. Acesso em 09 de nov. 2017

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação da editora UNESP, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. *Histórias Íntimas*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. Magia e Medicina na Colônia: O corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 78 – 114.

_____. *A mulher na história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1990

EMMERICK, Rulian. *Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia*. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063091.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FAORO, Raymundo. *A República inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. (dir). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141 – 188.

FRANÇA, G. V. *Prostituição: um enfoque políticosocial*. *Femina*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 145-148, 2012. Disponível em: <<http://www.derechoycambiosocial.com/revista029/Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 03 out. 2017.

GEVEHR, Daniel; MORAES, Jaciara Brizzola; WICHINHESKI, Leonardo Cardoso; RODRIGUES, Maicon Diego. *As vivências de um espaço mundano: as representações da zona do meretrício em terras de imigração alemã (Taquara –RS,*

décadas de 1970 e 1980). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. p.1484-1499. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/12/106>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MG: Ed. EFGD, 2015. p. 134 – 137.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.43-64.

HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos das mulheres no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HINOS. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/hinos>>. Acesso em 25 jun. 2017

ISMÉRIO, Clarice. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JOAQUIM, Teresa. Manuais de civilidade/ comportamento. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MG: Ed. EFGD, 2015. p. ?? - ??.

LEAL, Raphael Barros; Cabral, Flavio José Gomes. *Religião e sexo: do controle na idade média e sua herança na contemporaneidade*. In: IV COLÓQUIO DE HISTÓRIA. UNICAMP, 2010, Recife. *Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História "Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade"*. Recife: UNICAMP, v. 1. p. 572 – 581. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.572.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Tatiane Michele Melo de. *A prostituição feminina no Brasil: da questão de polícia à conquista de direitos*. 2011. 123 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9780>>. Acesso em 18 set. 2017.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a Educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (organizadoras) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC. 34. ed. 2002, p. 225-242.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhaça: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 132 – 214.

MARQUES, Luis Carlos; AMARAL, Walter Valdevino. MODERNAS... MAS CONSERVADORAS. Associações católicas e o papel laicato na Igreja católica no Recife durante a Primeira República. *Revista da Tecnologia e Ciências de Religião*. Recife, v. 3, n. 1, p. 283-305. 2013. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/373/340>>. Acesso em: 28. Out. 2017

MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. *Marias sem glória: retratos da prostituição no Salvador das primeiras décadas republicanas*. 2014. 113 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23409/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Carolina.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004, p. 05–16.

MENEZES, Magali Mendes de. Da academia da razão à academia do corpo. In: TIBURI, Marcia; MENEZES, Magali de; EGGERT, Edla (Orgs.). *As Mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p.13-22.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, p. 9 – 41. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 18 set. 2017.

PARISOLI, Maria Michela Marzano. *Pensar o corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PIZARRO, Maria Antonia Pinto. Higienismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MG: Ed. EFGD, 2015. p. 320 – 323.

PRADO, Valéria Cristina Gimenes. *Comportamentos e atitudes sexuais no cotidiano de um grupo de prostitutas e seus clientes*. 2016. 221 p. Tese (Doutorado em

Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letra) – Universidade Estadual de São Paulo. Araraquá/SP, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138138>>. Acesso em: 25 set. 2017

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar. A Utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, Marilene da Cunha. *A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: O que revelam os jornais do período de 1890 a 1910*. 2008. 138 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2251/1/400338.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2016.

RENASCIMENTO. *In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012. p. 388.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. Mulheres da *Belle Époque* em debate- Questões femininas nas crônicas de Olavo Bilac. *In: FAZENDO GÊNERO 9*. UFSC, 2010. Florianópolis. *Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9*. Florianópolis: UFSC. v. 1. p. 1 – 7. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9/.../1277217929_ARQUIVO_martae.g.scherer-fazendogenero9.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.15-42

GÊNERO. *In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p, 167 – 173.

SINA, Amália. *Mulher e trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 275-296.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. História das Mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400*

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Condição Feminina. *In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MG: Ed. EFGD, 2015. p. 123 - 127.*

WANDERMUREN. Marli. O corpo na fronteira do sagrado e do profano: a construção ética da corporeidade através da história. *Revista Filosofia Ciências. Afins, Salvador, V.1, n. 213, p.177-195. 2006.*